PERCEPÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ÍNDICE

1.0 INTRODUÇÃO GERAL 5

2.0 O PERCURSO DO DTAT 9

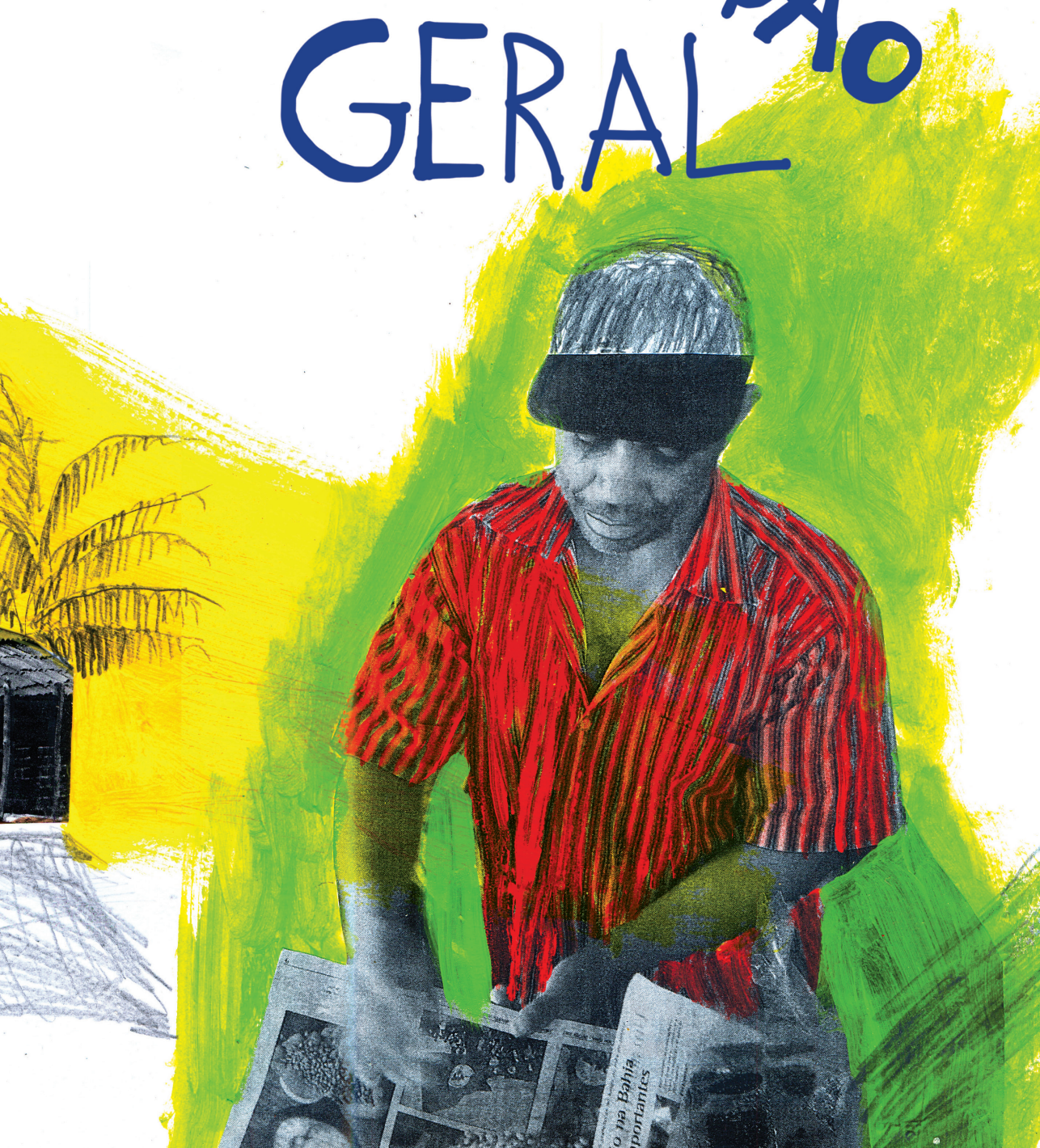
3.0 COMO USAR A METODOLOGIA 15

4.0 AS CINCO EXPERIÊNCIAS 27

4.1BARRO VERMELHO 31
4.2 CURRAL VELHO 53
4.3 IRMÃ ALBERTA 67
4.4 PÉ DE SERRA 79
4.5 PORTO VELHO 93

7.0 CONCLUSÕES, ENCAMINHAMENTOS 107

INTRODUÇÃO GERAL



Este documento tem como objetivo apresentar as reflexões sobre a aplicação do "Instrumento Participativo de Avaliação de Riscos Climáticos e de Desastre" em cinco situações distintas, e é parte do processo de aprofundamento na temática das mudanças climáticas promovido pelas organizações parceiras do Programa Direito a Terra, Água e Território - DTAT. Ampliar o conhecimento dos parceiros e comunidades neste tema tem se revelado um elemento chave para a sua incidência em espaços públicos e para a qualificação de suas estratégias de resistência.

O "Instrumento Participativo de Avaliação de Riscos Climáticos e de Desastre" foi concebido pelas organizações suíças HEKS e Pão para Todos e seu objetivo é avaliar como os processos de desenvolvimento contribuem para o aumento ou diminuição da emissão de gases do efeito estufa, ampliando ou mitigando as mudanças climáticas. A partir da avaliação de situações concretas, busca identificar riscos climáticos aos quais as comunidades estejam ou possam vir a estar submetidas, bem como os impactos disso sobre seus meios de vida. Com a sistematização dessas informações o instrumento busca avaliar a vulnerabilidade dos sistemas produtivos locais aos impactos das mudanças do clima e os efeitos de tais mudanças sobre a qualidade de vida das comunidades. Ao final, a partir das informações obtidas o instrumento estimula a discussão de estratégias que permitam ampliar a sustentabilidade desses sistemas.

As mudanças climáticas se apresentam como grande desafio para a humanidade, ampliando riscos pré-existentes e provocando novos riscos. Suas causas estão associadas ao desenvolvimento da sociedade industrial moderna nos últimos 200 anos e seus efeitos serão mais intensos justamente sobre aquelas populações que pouco ou nada se beneficiaram dos bens de consumo que caracterizam esse modelo. O tema é bastante complexo, o que tem restringido a possibilidade de participação de comunidades historicamente excluídas nas discussões para elaboração de políticas e mecanismos de financiamento.

As discussões internacionais têm gerado acordos com propostas que pouco ou nada mudam os cenários apresentados pelos cientistas. A economia verde proposta oficialmente pela ONU/PNUMA traz como estratégia central a valoração e mercantilização de todos os bens naturais, instaurando, via mercado, a possibilidade de se pagar para continuar a poluir. O mecanismo Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD tende a permitir a continuidade dos padrões atuais de emissões no Norte e o pagamento para que no Sul se imobilizem florestas.

No Brasil grande parte das florestas está sob a guarda de povos e comunidades tradicionais, muitos dos quais sem garantias jurídicas sobre seus territórios, que agora passam a ser valorados para venda de créditos de carbono, acirrando conflitos. Outro bom motivo para ampliar o conhecimento das comunidades sobre as mudanças climáticas é a necessidade de garantir que essas minorias

também discutam e acessem políticas e programas voltados à mitigação de seus efeitos. Entre os programas existentes destacamos o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono- ABC, cujos subprogramas atendem basicamente aos interesses do agronegócio.

Por fim, o DTAT tem buscado estratégias para ampliar o apoio da sociedade às causas dos povos e comunidades tradicionais, pois este tem se mostrado um meio eficiente para sensibilização das instâncias do Estado. As preocupações com "meio ambiente" (o ambiente genérico, especialmente aquele distante, amazônico) e com as mudanças no clima são crescentes na população essencialmente urbana (80%) do Brasil, especialmente após as catástrofes ocorridas nos últimos anos, primeiro no Sul, depois no Nordeste e, por último, no Rio de Janeiro. Esta sociedade reconhece as populações tradicionais como detentoras de conhecimentos que lhes possibilitam não degradar os recursos naturais e é estratégico usar essa abertura para sensibilizar a sociedade e incidir nas estruturas governamentais responsáveis por seus direitos.

Este trabalho sistematiza nossa busca por estratégias adequadas de disseminação de conhecimentos complexos sobre mudanças climáticas para povos e comunidades tradicionais e apresenta suas percepções e reflexões sobre o tema.

Após uma breve explicação sobre o Programa Direito a Terra, Água e Território, apresentamos o Instrumento Participativo de Avaliação de Riscos Climáticos e Desastres; em seguida, cada uma das cinco experiências (no Capítulo 4); a discussão das percepções das comunidades sobre as mudanças (no Capítulo 5); e as reflexões sobre o método (no Capitulo 7).

O Percurso do Programa Direito à Terra, Água e Território (DTAT)

O Programa Direito a Terra, Água e Território – DTAT é uma iniciativa conjunta de 13 organizações brasileiras[1] em parceria com a agência de cooperação holandesa ICCO que, desde 2007, busca ampliar suas capacidades de "promover a defesa e a garantia de direitos a terra e território de camponeses/as, agricultores/as familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas".

Esses segmentos vêm vivenciando o recrudescimento da violência no campo e a sistemática criminalização de suas lideranças, ao mesmo tempo em que é notória a ampliação da capacidade de lobby de setores ligados ao agronegócio, a empresas mineradoras e de energia junto ao Congresso Nacional, onde tramita uma série de revisões dos códigos que regulamentam o uso do solo, do subsolo, das florestas, entre outros. No âmbito do governo federal a pressão pela implantação de grandes projetos, a maioria ligada ao PAC, também tem estimulado uma insidiosa desatenção a normas nacionais e internacionais de defesa de direitos ambientais e sociais, como a Convenção 169 da OIT.

Considerando a importância de evidenciar para a Sociedade esse quadro e conseguir sua solidariedade para as necessárias mudanças, os parceiros do programa decidiram por concentrar as ações de formação promovidas pelo DTAT na qualificação de sua capacidade de comunicação, priorizando estratégias de campanha de sensibilização e mobilização da sociedade.

As mudanças climáticas estão entre os temas prioritários das ações do DTAT, escolhido pela sua importância para a vida das comunidades com as quais trabalhamos e pelo potencial de diálogo com a Sociedade. Nesse processo de aprofundamento do tema destacamos as seguintes atividades:

A Oficina Mudanças Climáticas e o Direito a Terra, Água e Território, realizada em São Paulo, de 07-09 de junho de 2010: reuniu parceiros e lideranças de comunidades, especialistas e militantes do tema e buscou introduzir a temática, nivelar conhecimentos e aprofundar a discussão em temáticas polêmicas como o mecanismo REDD, envolvendo 48 pessoas entre participantes e palestrantes de 32 organizações.

A Oficina Justiça Climática no Nordeste - Afirmação dos territórios das populações tradicionais como estratégia para o enfrentamento à crise climática foi realizada no Ceará, na Resex Prainha do Canto Verde, entre 25-27 de agosto de 2010 e teve como objetivo ampliar a discussão da temática junto a lideranças locais de diversos biomas brasileiros, verificando as suas percepções sobre o tema, subsidiando sua

1 Centro de Cultura Negra do Maranhão, Centro de Estudos Bíblicos, CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), Comissão Pró-Índio de São Paulo, Fórum Carajás, GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às organizações Populares), Instituto Socioambiental, Malungu – Coordenação das Associações Remanescentes de Quilombos do Pará, Movimento Sem Terra, Plataforma Dhesca, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Instituto Terramar.

análise crítica, bem como refletindo sobre as melhores estratégias para disseminar o tema e para incidir na luta por justiça climática. Essa oficina envolveu cerca de 80 pessoas de 40 organizações.

Em 2012 iniciamos um novo processo de aprofundamento no tema a partir dos acúmulos de Pão Para Todos e HEKS, organizações suíças que têm aperfeiçoado uma metodologia de diagnóstico e planejamento para mitigação e adaptação de riscos climáticos. No Seminário ***Mudanças Climáticas e Riscos de Desastres: Preparando comunidades para a análise dos impactos e o planejamento de alternativas***, realizado de 5-7 de março de 2012, em Salvador, iniciamos um processo de aprofundamento das estratégias de disseminação do tema em nível comunitário, subdividido em três etapas que envolveram 180 pessoas de 29 diferentes organizações:

1. Seminário de repasse da metodologia - Instrumento de Avaliação de Risco Climático e de Desastres

2. Avaliação, adaptação e aplicação da metodologia em campo em 05 comunidades

3. Encontro de sistematização do processo e elaboração deste documento

ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPARAM DESSAS EXPERIÊNCIAS:

SEMINÁRIO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RISCOS DE DESASTRES: Preparando comunidades para a análise dos impactos e o planejamento de alternativas - Centro de Cultura Negra do Maranhão, Centro de Estudos Bíblicos, CESE, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Fórum Carajás, GAJOP, Instituto Socioambiental, Malungu – Coordenação das Associações Remanescentes de Quilombos do Pará, Movimento Sem Terra, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Instituto Terramar, Bagulhadores do Mió, Centro Agroecológico Sabiá, FASE-ES, ASSEMA, SASOP (Serviço de Assessoria a Organizações populares), Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves.

COMUNIDADE BARRO VERMELHO/MA: Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Centro de Cultura Negra (CCN), Fórum Carajás, Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), Associação dos Quilombolas do Quilombo Barro Vermelho.

COMUNIDADE PESQUEIRA DE CURRAL VELHO/CE: Instituto Terramar, Associação Comunitária de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho.

ACAMPAMENTO IRMA ALBERTA/SP: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PÉ DE SERRA/SP: Bagulhadores do Mió, Associação

de Remanescentes dos Quilombolas da Vila Pé Serra dos Mendes.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PORTO VELHO/SP: Instituto Socioambiental (ISA), Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Porto Velho.

ENCONTRO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO E ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO: CESE, Instituto Socioambiental, Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Porto Velho, Movimento Sem Terra, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Associação dos Quilombolas do Quilombo Barro Vermelho, Instituto Terramar, Associação Comunitária de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho, Bagulhadores do Mió.

COMO USAR A
METODOLOGIA

MÓDULO 1
DESCRIÇÃO DO PROJETO OU DO CONTEXTO DA COMUNIDADE

OBJETIVO Descrever o contexto em termos de:			
Geografia (município ou região, população etc.)	Condições climáticas	Principais atividades econômicas e/ou meios de subsistência	Principais atividades econômicas e beneficiários

MÓDULO 2
CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESASTRES NATURAIS

OBJETIVO Identificar os principais cenários previsíveis de mudança climática e desastres naturais que ocorrem na região.	
Quais são os principais cenários de mudanças climáticas para a região (por exemplo, temperatura, precipitação, eventos climáticos extremos, elevação do nível do mar, outros)?	Quais são os principais riscos naturais na região?

MATRIZ PARA MÓDULOS 1 E 2

GRUPOS DE TRABALHO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, PÚBLICO BENEFICIÁRIO, CONDIÇÕES CLIMÁTICAS	ATIVIDADES ECONÔMICAS	CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RISCOS NATURAIS

MÓDULO 3
RISCOS, IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

OBJETIVO

Identificar os riscos naturais mais importantes na região, seus impactos sobre a natureza e o povo, e o modo como as pessoas estão lidando com esses impactos.

TAREFA 3A: MAPA DE RISCO

Desenhar um mapa dos riscos da região.

✎ Elaborar um mapa da região do projeto (fronteiras, estradas, corpos d'água, cidades e aldeias, etc.) usando símbolos.

✎ Indicar no mapa as áreas de risco (riscos climáticos e naturais). Se toda a área for afetada, indicar na legenda do mapa.

✎ Identificar os três mais importantes riscos naturais de sua região.

TAREFA 3B: RISCOS, IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA E/OU ENFRENTAMENTO

Preencher o quadro com as seguintes informações:

✎ Riscos: considerar os três riscos naturais identificados na região. (Tarefa 3a)

✎ Impactos: Quais são os impactos desses perigos na vida das pessoas e nos meios de subsistência?

✎ Característica dos riscos (intensidade, frequência etc.):

✎ Com que frequência ocorre o perigo? Sazonalmente, anualmente, a cada 10 anos etc.

✎ Com que intensidade? Baixa, média, alta, muito alta etc.

✎ Estratégias de convivência: como as pessoas lidam com os efeitos negativos?

✎ Eficácia e sustentabilidade de estratégias de convivência: essas estratégias são eficazes? São sustentáveis no longo prazo?

MATRIZ PARA MÓDULO 3

Tarefa 3b: Quadro Riscos, Impactos e Estratégias de Enfrentamento

RISCOS	IMPACTOS	CARACTERÍSTICAS DOS RISCOS	ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA	EFICÁCIA DE SUSTENTABILIDADE

MÓDULO 4
MODOS DE VIDA E VULNERABILIDADE

OBJETIVO

Identificar os mais importantes meios de subsistência/geração de renda das pessoas que vivem na região e relacioná-los com os riscos que ocorrem.

PARTE A: IDENTIFICANDO RECURSOS RELATIVOS AOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Em um primeiro passo, os recursos relativos aos meios de subsistência da população devem ser identificados e classificados de acordo com as seguintes categorias (o ideal seria identificar pelo menos três recursos de cada tipo):

✎ Recursos naturais: recursos naturais com os quais as pessoas contam para geração de renda, alimentação, medicina, proteção etc. Os exemplos abrangem florestas, água, ar, solos, etc.

✎ Recursos estruturais: infraestrutura básica e capital produtivo para transporte, construções, abastecimento de água, energia e comunicação etc. Os exemplos abrangem estradas, moradias, reservatórios de água etc.

✎ Recursos financeiros: reserva e capital de giro que as pessoas possuem. Os exemplos abrangem renda proveniente da venda de produtos agrícolas, pensões etc.

✎ Recursos humanos: habilidades, conhecimento, capacidade e saúde necessárias para assegurar os meios de subsistência. Os exemplos abrangem saúde, habilidades agrícolas ou de liderança etc.

✎ Recursos sociais: as relações sociais formais e informais e instituições importantes para alcançar os objetivos da comunidade. Os exemplos abrangem: conselhos locais, igrejas etc.

TAREFA 4A: MATRIZ DE VULNERABILIDADE	TAREFA 4B: INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS
Preencher a matriz de vulnerabilidade com as seguintes questões: ✎Recursos de subsistência (identificados por categoria) recursos naturais: os três mais importantes recursos de subsistência (por exemplo, água, solo, floresta) dos beneficiários na área do projeto; ✎ Riscos: escrever na tabela os três principais riscos identificados na sua área de projeto. (resultados do Módulo 3) ✎ Avaliação de impacto: classificar o impacto de cada risco sobre os recursos, utilizando o seguinte critério de pontuação: 3 = impacto significativo sobre os recursos de subsistência 2 = impacto médio sobre os recursos de subsistência 1 = impacto baixo sobre os recursos de subsistência 0 = nenhum impacto sobre os recursos de subsistência	A vulnerabilidade dos meios de subsistência. Considere os resultados de sua matriz de vulnerabilidade: ✎ Somar os números vertical e horizontalmente ✎ Meios mais vulneráveis de subsistência (que recursos de subsistência têm a maior soma horizontal e são, portanto, mais vulneráveis aos perigos que ocorrem?). ✎ Maior impacto dos riscos (que riscos têm a maior soma vertical e, assim, produzem um maior impacto sobre os recursos de subsistência identificados?).

MATRIZ PARA MÓDULO 4

RECURSOS DE SUBSISTÊNCIA	RISCOS			
	EXEMPLO ENCHENTE	EXEMPLO SECA	EXEMPLO FOGO	TOTAL

MÓDULO 5
PROJETO E CAPACIDADES ADAPTATIVAS

OBJETIVO

Utilizar os conhecimentos adquiridos durante o seminário, em especial nos exercícios práticos, para definir estratégias que potencializem as capacidades de adaptação aos riscos climáticos e naturais.

Estratégias adaptativas

Preencher a tabela considerando os resultados do exercício 4 (riscos e recursos de subsistência vulneráveis) e do exercício 3 (estratégias de enfrentamento e sua eficácia).

Recursos de subsistência vulneráveis

Recursos de subsistência vulneráveis que devem ser reforçados (resultados do exercício do módulo 4).

Estratégias de Adaptação

Elaborar três estratégias que ajudem a reduzir a vulnerabilidade e a fortalecer os recursos de subsistência mais importantes (não repetir as estratégias de convivência identificadas no exercício 3).

Capacidades

Que capacidades locais (comunidade), regionais (distrito, municípios, região) ou nacionais são necessárias?

MATRIZ PARA MÓDULO 5

RECURSOS DE SUBSISTÊNCIA	ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO	CAPACIDADE LOCAL	REGIONAL	NACIONAL

MÓDULO 6
PROJETO E MITIGAÇÃO

OBJETIVO

Identificar áreas onde as atividades (já existentes ou em planejamento) possam ter uma influência sobre a emissão de gases de efeito estufa (GEE). Elaborar ideias para minimizar o impacto das emissões, considerando, particularmente, as sinergias entre a adaptação (redução da vulnerabilidade dos meios de subsistência) e estratégias de mitigação (redução das emissões de GEE).

FONTES DE EMISSÃO E DIMINUIÇÃO DE GASES EM POTENCIAL

✎ Possibilita ter uma ideia do impacto total do projeto em relação às mudanças climáticas, mas não medições exatas de emissão de gases de efeito estufa. É necessária a coleta de informações sobre fontes específicas de emissão ou diminuição de emissão, como florestas e agricultura, por exemplo.

✎ Para cada fonte de emissão ou diminuição em potencial listada abaixo, deve-se anotar como o projeto a afeta e se o impacto do projeto sobre as emissões é positivo (diminuindo emissões), negativo (aumentando emissões) ou neutro.

✎ A mesma atividade pode afetar emissões de gases de efeito estufa de várias formas, muitas vezes causando efeitos contraditórios. O impacto final sempre depende das circunstâncias locais.

✎ Deve-se levar em consideração que alguns efeitos negativos sobre as mudanças climáticas são às vezes relacionados a atividades indispensáveis para o desenvolvimento local. Nesse caso, é necessário encontrar um equilíbrio entre as considerações sociais, econômicas e ambientais.

UTILIZAÇÃO DE ENERGIA

A queima de combustíveis fósseis leva à emissão de dióxido de carbono (CO_2) que representa o gás de efeito estufa mais importante produzido pela ação humana. Um projeto pode afetar as fontes de emissão desse gás das seguintes maneiras:

✎ Utilização de veículos: as emissões dependem de como os veículos são utilizados e do grau de eficiência de seus motores.

✎Utilização de eletricidade: as emissões dependem da quantidade de eletricidade utilizada e de sua fonte (fontes de energia renováveis: energia hidráulica, eólica, ou solar; fontes de energia que produzem gases de efeito estufa: térmica ou geradores).

✎ Utilização de energia em construções: fontes em potencial como aquecedores ou fogões. As emissões dependem da quantidade da energia utilizada nas construções e da utilização de combustíveis renováveis ou não.

AGRICULTURA

A agricultura pode afetar as mudanças climáticas através da geração de gases de efeito estufa, incluindo dióxido de carbono (CO2), óxido nitroso ou metano. As seguintes fontes de emissão em potencial devem ser consideradas:

✎ Utilização de solos: Os solos desempenham uma importante função na diminuição de dióxido de carbono na atmosfera. Os solos degradados capturam menos gás. Atividades que contribuem com a erosão de solos, drenagem, salinização, acidificação, destruição de material orgânico e cultivação excessiva tendem a ter impactos negativos sobre o clima, enquanto atividades que realizam reflorestamento, utilização de fertilizantes orgânicos, utilização de cobertura vegetal ou sistemas de irrigação inteligentes tendem a aumentar a captura de gás carbônico pelos solos.

✎ Utilização de biomassa: a biomassa, quando queimada, contribui para as mudanças climáticas, mas, quando utilizada como fonte de energia em substituição aos combustíveis fósseis, pode ter efeitos positivos.

✎ Utilização de fertilizantes: fertilizantes sintéticos geram emissão de certos gases de efeito estufa, durante o processo de produção e quando aplicados em larga escala nos solos, mas as emissões podem ser reduzidas quando são substituídos por fertilizantes orgânicos.

✎ Cultivo irrigado: cultivos irrigados - como o de arroz, por exemplo - podem elevar, significativamente, a emissão de gases de efeito estufa, principalmente o metano.

CRIAÇÃO DE ANIMAIS

A criação de animais pode causar emissões pesadas de metano e óxido nitroso:

✎ Os próprios animais geram consideráveis emissões de metano, devido à fermentação no processo de digestão dos ruminantes. A quantidade total

de emissão depende da espécie e número de animais, assim como do tipo da sua nutrição.

✎ Utilização na adubação: embora os dejetos animais produzam emissão de gases de efeito estufa, principalmente óxido nitroso, também podem ser utilizados como fertilizantes e isso evitaria emissões provenientes da produção e aplicação dos fertilizantes sintéticos.

✎ Utilização de solo: a criação de animais pode causar danos ao solo, assim como desmatamentos, queima ou derrubadas de florestas para a implantação de pastagens.

FLORESTAS

Como os solos, as florestas também capturam dióxido de carbono. A sua destruição causa um aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Os projetos (ou uma região) podem influenciar o impacto de florestas sobre as mudanças climáticas das seguintes formas:

✎ Superfície da floresta, tamanho e tipo de árvores podem ser influenciados por desmatamentos ou reflorestamentos, que por sua vez são influenciados pelo uso da terra, utilização de lenha etc. Florestas degradadas podem se tornar fontes de emissão de gases de efeito estufa.

✎ Agroflorestas permitem uma agricultura sem necessidade de desmate (dependendo do tipo de floresta em questão).

LIXO

O lixo pode elevar as emissões de gases de efeito estufa através de processos de produção de embalagens e outros materiais não perecíveis, de sua combustão, assim como de processos de decomposição. Essas emissões dependem de fatores como:

✎ Quantidade de lixo: reciclagem; consumo de produtos com grande quantidade de embalagem.

✎ Tipo de lixo: plástico e outros materiais sintéticos influenciam negativamente as emissões; lixo oriundo da biomassa pode ser utilizado na produção de fertilizantes orgânicos (compostagem: ver próximo item).

✎ Utilização do lixo: uso benéfico de alguns tipos de lixo, como na produção de fertilizantes; efeitos negativos da queima de lixo.

✎ A comparação dos resultados deste módulo com a estrutura geral das fontes de emissão anotadas no módulo 2 pode contribuir para se entender como a área do projeto pode impactar sobre as mudanças climáticas e como o projeto pode contribuir ou não para reduzir a emissão de gases de efeito estufa no contexto nacional.

TAREFA 6A: PROJETO E MITIGAÇÃO	TAREFA 6B: ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO
Preencher tabela com as seguintes informações : ✎ Atividade do Projeto: considerar a lista de potenciais fontes e sumidouros de emissões de GEE e identificar aquelas que são relevantes para o projeto. ✎ Descrever o impacto de seu projeto, identificando os impactos das atividades de suas organizações sobre essas fontes e sumidouros. ✎ Direção de impacto - avaliar a direção do impacto: - Positivo = redução das emissões de CO2 - Neutro - Negativo = aumento das emissões de CO2.	Considerar os resultados da Tarefa 6a e do Módulo 5 (estratégias de adaptação) ✎ Que estratégias podem ajudar a melhorar o impacto sobre as fontes e sumidouros de emissões (revertendo os impactos negativos ou melhorando os impactos positivos)? ✎ Considerar, em particular, a possibilidade de se combinar essas estratégias com estratégias para reduzir a vulnerabilidade dos recursos de subsistência (identificados no exercício 5).

MATRIZ PARA MÓDULO 6

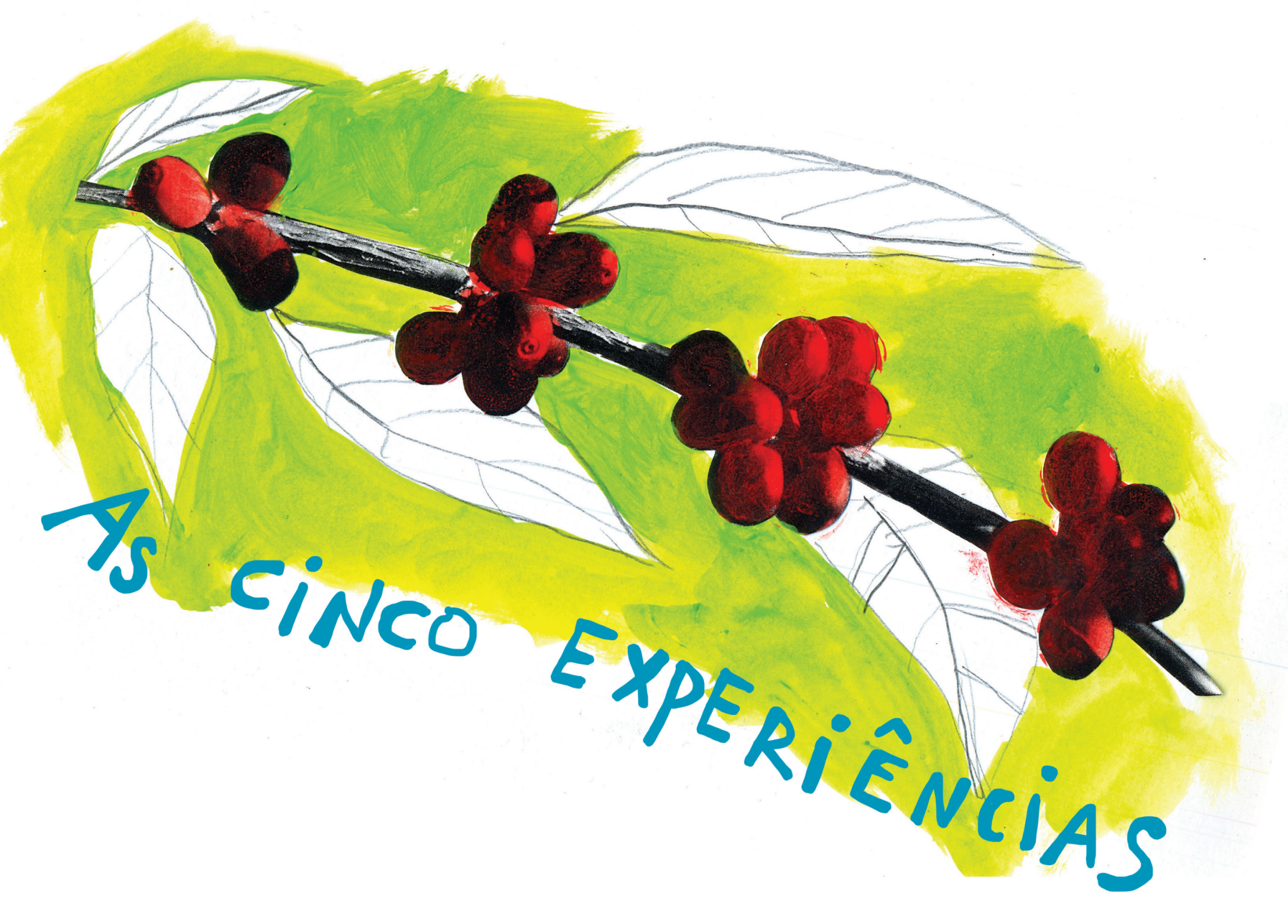
ATIVIDADES	IMPACTOS	ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

MÓDULO 7
REVISÃO DO PROJETO

OBJETIVO		
Elaborar uma proposta de projeto com base nas estratégias de adaptação e mitigação, bem como nos outros resultados de exercícios anteriores e completar um quadro lógico.		
Elaborar proposta de um novo projeto de desenvolvimento destinado a reduzir as vulnerabilidades aos riscos climáticos e naturais, e também as emissões de GEE. Considerar as estratégias identificadas nos Módulos 5 (estratégias de adaptação) e 6 (mitigação) e preencher um quadro lógico.	Dar atenção especial ao contexto (justificativa) e ao objetivo geral do projeto.	O quadro lógico deve conter os seguintes elementos: ✎ Objetivo de Desenvolvimento ✎ Objetivos específicos ✎ Resultados a serem alcançados ✎ Atividades específicas do projeto

MATRIZ PARA MÓDULO 7

OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	ATIVIDADES	RESULTADOS


AS CINCO EXPERIÊNCIAS

O "Instrumento Participativo de Avaliação de Riscos Climáticos e de Desastre" foi aplicado nas seguintes comunidades e biomas:

LOCALIDADE	ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS	BIOMA	MUNICÍPIO/ ESTADO
Comunidade Quilombola de Barro Vermelho	SMDH, CCN, Fórum Carajás, ASSEMA, Associação dos Quilombolas do Quilombo Barro Vermelho	Cerrado	Chapadinha/ MA
Comunidade Pesqueira de Curral Velho	Instituto TERRAMAR e Associação Comunitária de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho.	Zona Costeira	Acaraú/CE
Acampamento Irmã Alberta	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	Mata Atlântica	São Paulo/SP
Comunidade Quilombola de Pé de Serra	Bagulhadores do Mió e Associação de Remanescentes dos Quilombolas da Vila Pé Serra dos Mendes	Caatinga/ Mata Atlântica	Agrestina/PE
Comunidade Quilombola de Porto Velho – Vale do Ribeira	Instituto Socioambiental e Associação dos Remanescentes do Quilombo do Bairro Porto Velho	Mata Atlântica	Itaoca/ SP

As sistematizações de cada experiência foram organizadas da seguinte forma: Contexto; Preparativos; A Atividade; Avaliando e Reformulando a Estratégia; Reflexões sobre a Aplicação.

4.1

CHAPADINHA - MA

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BARRO VERMELHO

Organização responsável pela Aplicação do Instrumento: SMDH, FC, CCN, ASSEMA e Associação dos Quilombolas do Quilombo Barro Vermelho.

4.1.1 CONTEXTO

A comunidade quilombola Barro Vermelho se localiza no município de Chapadinha, na microrregião do mesmo nome e mesorregião Leste Maranhense. Vulgarmente denominado de "Baixo Parnaíba", o Leste Maranhense é uma grande área limítrofe com o estado do Piauí, com a presença de solos, clima, flora e fauna características do bioma Cerrado e áreas de zona de contato entre Cerrado e Caatinga. Historicamente a porção oriental maranhense vem, há mais de um século, sendo apropriada em regime de usufruto comum por vários grupos camponeses, dentre os quais citamos os pequenos proprietários, agricultores-artesãos, os herdeiros de terras de herança, os moradores de terras de preto e outros (PAULA ANDRADE, 1996). Eles praticam a pequena produção de alimentos articulada com a extração de produtos vegetais como o mel e, principalmente, frutas nativas, tais como o bacuri e o pequi e mantêm a pequena criação de animais.

A partir da década de 1980, instalaram-se no Baixo Parnaíba empresas nacionais e estrangeiras voltadas para a produção de carvão vegetal e plantação de eucalipto (PAULA ANDRADE, 1996). Esses processos vêm aumentando, com a introdução, nos últimos anos, da agricultura de base empresarial, como é o caso do plantio da soja.

É nesse contexto socioeconômico complexo que o território quilombola de Barro Vermelho está inserido. Assim como as demais comunidades tradicionais da região, sofre todos os reveses da intensificação do agronegócio e vê seu modo de vida ir se alterando de maneira irreversível. Dentre os impactos mais importantes estão a ameaça de perda do território, a destruição dos recursos ambientais (um rico bioma de transição que inclui formas de vegetação do Cerrado, da Caatinga e da Mata dos Cocais), o comprometimento dos recursos hídricos, principalmente do Rio Munim que banha o território.

Com sérios problemas sociais e com IDH médio de 0,55, a região do Baixo Parnaíba coleciona índices alarmantes em termos de qualidade

de vida. Para demonstrar o grau de comprometimento da fauna e flora da região, de modo particular na microrregião de Chapadinha, apresentamos os dados de desmatamento nos municípios que compõem essa microrregião, no período de 2000 a 2004:

MUNICÍPIO	INDICE DE DESMATAMENTO (2000 A 2004)
Brejo	420,80%
Anapuru	220,00%
Buriti	193,20%
Mata Roma	58,11%
Chapadinha	11,00%

O grande desmatamento decorrente dos monocultivos de soja é responsável por uma mudança brusca de paisagem, alteração drástica no modo de vida das comunidades tradicionais da região e comprometimento de sua reprodução social e material. Os recursos hídricos da região também estão ameaçados pelo uso de agrotóxicos nos plantios de soja e eucalipto. As águas, lagoas e riachos já são considerados impróprios para o banho e para o consumo. O ciclo das chuvas tem sofrido alterações, ameaçando a produção, a segurança alimentar e nutricional e a saúde da população.

A COMUNIDADE DE BARRO VERMELHO

A comunidade tem como limites a BR 222 e o Rio Munim, principal fonte de água para uso comum na alimentação, banho e também para a pesca, atividade importante para a alimentação da comunidade. A área é cercada pela mata de chapada e morros de cocais, onde os moradores fazem o extrativismo de coco babaçu e cultivam roças de arroz, feijão, milho e mandioca, principalmente.

Segundo relato de Sebastião, jovem liderança quilombola responsável pela organização da oficina, o fundador de Barro Vermelho se chamava Lázaro. Quando a estrada original foi construída, começaram as disputas pela terra. Os moradores foram escravizados e explorados por pessoas que se diziam donos da terra. As pessoas mais velhas, antigos moradores, têm receio de falar da história de Barro Vermelho.

A luta pelo seu reconhecimento como comunidade quilombola se iniciou em 2007, amparada no Art. 68 ADCT/Constituição Federal de 1988, no Decreto nº 4.887/2003 e na Convenção 169 da OIT. Até então viviam humilhados pelo pretenso proprietário que lhes cobrava renda e lhes impedia o acesso a qualquer direito. Vanda Silva, líder da comunidade do Barro Vermelho, hoje na direção do STTR de Chapadinha, destacou a importante conquista: “para mim é uma vitória, desde 1994 lutamos pelo direito daquelas terras, de lá para cá nunca paramos, pois acreditávamos que um dia teríamos o direito do que de fato é nosso”. Essa possibilidade, entretanto, está longe de se concretizar na comunidade Barro Vermelho. Seus moradores, durante três anos consecutivos, sofreram toda sorte de violações: ameaça de despejo de fazendeiros que se dizem donos da terra, prisões de pessoas que resistiram às intimidações dos latifundiários, casas queimadas, animais mortos, etc. A gravidade das violações sofridas pela comunidade foi determinante para que a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), em 2007, no auge do conflito, iniciasse o assessoramento sócio-jurídico. Os pretensos proprietários - bem relacionados com autoridades públicas - conseguiram que lideranças da comunidade fossem presas. Rotineiramente, elas são "convidadas" a prestar esclarecimentos na Delegacia de Chapadinha/MA. A comunidade já foi despejada por ordem judicial.

Na fala do Sr. Manoel líder da comunidade Baturité (hoje, PA Nossa Senhora de Aparecida) e diretor no STTR de Chapadinha, a luta é pela conquista da terra nessas comunidades que hoje integram esse território - "perdemos o sangue de companheiros nesta luta, mas somos encorajados por outros companheiros que sentem a vontade de continuar. O dinheiro tem a capacidade de mudar as coisas de uma hora para outra. As injustiças, maldades, a corrupção e a violência se dão com muita facilidade, mas são mascarados. Jamais construiremos uma história sem dar as mãos".

Depois de anos de humilhações e intimidação, a comunidade de Barro Vermelho vivencia hoje certo período de estabilidade. Já é possível ter mais tranquilidade para planejar o futuro, pensar no resgate e valorização da cultura negra, continuar a busca por políticas públicas e plantar na terra, sabendo que não serão arrancados de lá por jagunços.

No que tange a educação, ficaram três anos sem uma única sala de aula na comunidade. A escola foi fechada por determinação da prefeitura, obrigando as crianças a andar 16 km todos os dias até o colégio mais próximo, na comunidade Baturité, numa represália à comunidade por ter se recusado a frequentar a escola construída em frente a "casa grande" do pretenso proprietário,

homenageando o patriarca da família Leite tido como responsável por dezenas de conflitos violentos com as comunidades tradicionais da região. Diante disso, as famílias do Quilombo Barro Vermelho, construíram e permanecem estudando num local conhecido como "barracão".

4.1.2. PREPARATIVOS

Sebastião se reuniu com os moradores do Barro Vermelho para compartilhar com eles informações obtidas no seminário de Salvador, discutir o instrumento "participativo de avaliação de riscos climáticos e desastre" e propor a aplicação dessa metodologia nas comunidades que integram o território. As comunidades de Piquizeiro, Vila da Cruz e Baturité, que historicamente vêm fazendo a mesma caminhada, aceitaram a proposta, por considerá-la estratégica para a luta pelo território, e pela convicção de que é pela via da participação coletiva que a comunidade se fortalece para melhorar suas condições de vida.

A proposta foi também acolhida pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Chapadinha, que colaborou com a mobilização, logística e encaminhamento dos convites para a Secretaria Municipal de Igualdade Racial e de Agricultura. A comunidade se mobilizou para construir um pequeno barracão para a realização da atividade e organizou os grupos de trabalho.

As organizações Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), o Centro de Cultura Negra (CCN) e Fórum Carajás também se reuniram para discutir o processo de trabalho, levando em conta as informações de Sebastião: público participante (previsão de 40 a 45 pessoas de outras três comunidades), dificuldades da via de acesso; decisão de convidar duas secretarias municipais; inexistência de energia elétrica e precariedade da água potável. A ASSEMA, pela distância, não teve como se integrar na preparação.

4.1.3 A ATIVIDADE (1 E 2 OFICINAS)

A atividade foi realizada em duas etapas - 21 e 22 de abril e 11 e 12 de maio, tanto pela disponibilidade das comunidades como por nos parecer mais conveniente do ponto de vista pedagógico.

A primeira etapa se constituiu dos seguintes momentos: apresentação dos objetivos da oficina; breve resgate do Seminário de Salvador e do Programa Territórios Livres, ambos apoiados pelo DTAT; mudanças climáticas; e formação de grupos de trabalho para mapear os recursos e os riscos advindos das mudanças climáticas.

APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Foram 46 os participantes da primeira oficina, representando as comunidades de Barro Vermelho, Riacho da Cruz, Baturité, Piquizeiro e Barroca da Vaca e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Chapadinha, além de quatro pessoas da SMDH, uma do Fórum Carajás, duas da ASSEMA e, no segundo dia, um representante da Secretaria Municipal de Chapadinha.

A segunda oficina teve um público de quarenta e quatro pessoas, das quais quatro eram da SMDH, uma do CCN e uma do Fórum Carajás. Além disso, ela recebeu uma rápida visita da equipe do INCRA e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente[1].

BREVE RESGATE DA ATIVIDADE EM SALVADOR

O líder comunitário quilombola Sebastião fez a abertura da oficina falando de como empreendimentos próximos ao quilombo têm afetado sua comunidade.

Destacou como objetivo do encontro discutir as mudanças no clima e outras mudanças ambientais. Lembrou a grande enchente de 2009, que deixou muitas famílias desabrigadas. Falou da seca, o maior problema ambiental, em sua opinião, e também do medo de perder os recursos e meios de sobrevivência. Esclareceu que a atividade proposta "pretende propiciar a reflexão de alternativas e soluções que podem ser construídas a partir desta situação concreta percebida".

Em seguida, passou a fala para representantes da SMDH e o Fórum Carajás, que complementaram, informando:

1 Estavam na região para averiguar a denúncia de crime ambiental na comunidade Barro Vermelho promovida pela draga na margem do rio Munim.

A atividade em Salvador foi importante para se pensar formas de apoiar as comunidades na construção de alternativas coerentes para o enfrentamento das questões socioambientais, especialmente decorrentes dos conflitos com empreendimentos do agronegócio na região.

A metodologia proposta possibilita uma reflexão sobre as alternativas – se são viáveis e se estão de acordo com os interesses das comunidades – e também sobre como os recursos naturais existentes podem ser aproveitados de forma sustentável. A ideia é experimentar uma metodologia que contribua para o empoderamento dos agentes sociais, os ajude a expressar suas opiniões e pontos de vistas e compreender como eles já lidam com este problema.

O encontro em Salvador foi também uma discussão sobre o direito à terra, ao território e à qualidade de vida das comunidades ameaçadas por empreendimentos agropecuários e energéticos. Foi um momento de troca de informações entre comunidades aparentemente isoladas pela distância geográfica, mas que estão sendo afetadas pelo mesmo problema. A luta pela terra não é igual, mas, em grande medida, é determinada pelos mesmos fatores (grilagem, concentração de terra, grandes projetos) e é necessário ver como todos esses problemas se interligam e de que modo homens e mulheres se vêm colocados dentro dessa situação.

A seguir foi apresentado o objetivo da oficina: ser uma ferramenta de construção de alternativas duradouras para as comunidades.

O representante do STTR de Chapadinha falou da importância da união entre as comunidades atingidas pelo agronegócio e seus empreendimentos: "Sozinhos, sem apoio e sem dinheiro, a luta pela terra e pelos recursos ambientais se torna bastante difícil. Os movimentos de esquerda são dos poucos que abraçam as causas pertinentes ao campo. O sentimento de união e igualdade entre os vários segmentos atingidos é uma ferramenta importante para o fortalecimento da luta social".

A representante do MST afirmou que "tudo está interligado: o agronegócio, o agrotóxico, a questão agrária e a ação limitadora do Estado. Podemos perceber que assim que uma luta social começa a se fortalecer, logo são criadas limitações contra ela, a exemplo da luta dos quilombolas, que agora se vê ameaçada pela criação de uma lei que proíbe a nomeação de áreas quilombolas. Um dos motivos para isso é que a lei é criada em função de interesses maiores do mercado e de alguns segmentos da política. A ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) é uma forma de barrar a titulação para as comunidades quilombolas. Porque as terras são a base da reprodução das comunidades, mas também são vistas pelo grande capital como a principal forma de se expandir na região. A exemplo de toda esta situação temos o caso das áreas de Pavio e Riacho da Cruz, que

estão sendo griladas, e esse problema deve deixar de ser um problema local e ser visto e trabalhado dentro de uma conjuntura maior".

Buscando fazer um paralelo entre mudanças sentidas e percebidas pelas comunidades e as ocorridas em outras regiões e países, foram apresentadas imagens de desastres ambientais e mudanças climáticas que ocorreram em várias partes do mundo.

CONVERSA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O representante do Fórum Carajás informou que no Brasil as maiores fontes de gases responsáveis pelas mudanças climáticas estão em geral associadas à atividade pecuária e aos gases tóxicos emitidos por aviões e carros, às usinas termelétricas e hidrelétricas, ao desmatamento para fabricação de carvão, à poluição provocada pelas indústrias e refinarias. Citou como tragédias decorrentes de mudanças climáticas, no Brasil, enchentes como a que ocorreu no Maranhão, em 2009, afetando profundamente a comunidade de Barro Vermelho, e as secas que não se restringem mais ao semiárido nordestino, atingindo com frequência o norte e sul do Brasil.

Destacou que os grandes projetos, ao retirar a cobertura vegetal de extensas áreas, podem estar interferindo no ciclo das chuvas e comprometendo os recursos hídricos da região.

O representante da ASSEMA lembrou que diferentes formas de agricultura familiar interagem com os recursos naturais numa relação de aproveitamento sustentável, se contrapondo à lógica de exploração das empresas agrícolas. Comentou, com certa indignação, que a Suzano Papel e Celulose obtém do governo isenção de impostos em razão do sequestro de carbono pelo plantio de eucalipto, enquanto a agricultura familiar, atividade muito mais sustentável, recebe pouquíssimos incentivos.

MAPEAMENTO DOS RECURSOS E DOS RISCOS

Os participantes foram divididos em dois grupos: o primeiro, com a tarefa de elaborar um mapa do território de Barro Vermelho, pontuando seus recursos naturais e os riscos sofridos pelas comunidades; o segundo, com a tarefa de identificar os meios de sobrevivência, os recursos estruturais, financeiros, humanos e sociais e o modo como as comunidades enfrentam os riscos.

A CONSTRUÇÃO DO MAPA E O MAPEAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS

Os grupos registraram no mapa a demarcação dos limites - BR-222 e o rio Munim; a localização das casas, estradas, rios, pontes, matas e áreas de risco.

Durante a construção do mapa foram dadas informações sobre o histórico dos processos de regularização fundiária da área, seu tamanho, localização, quantidade de famílias e áreas em projeto de assentamento (uma grande discussão evidenciou a enorme dificuldade que têm as comunidades de saber com exatidão os limites das áreas em processo de desapropriação).

Foi citado como área de risco o local conhecido como Campo Redondo, onde existe hoje uma draga de extração de piçarra e areia a aproximadamente 200 ou 300 metros da comunidade e a 40 metros do Rio Munim.

A comunidade relatou o extravio no cartório de documentos sobre o registro da área e seu verdadeiro dono, constando agora apenas nomes de grileiros. Na apresentação do mapa foram identificados os recursos naturais e os maiores riscos ambientais; as mudanças ocorridas e as ameaças; o modo como as pessoas veem esses impactos e como comunidades são afetadas por eles; os recursos e infraestrutura que serão prejudicados; e a forma como as pessoas lidam com esses impactos para minimizá-los e construir soluções a longo prazo.

Recursos estruturais e políticas públicas e sociais foram citados como fundamentais para favorecer o acesso das comunidades aos seus direitos e minimizar os impactos dos riscos ambientais a que estão expostas.

CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS:

MADEIRA	FAUNA	PEIXES	SISTEMA PRODUTIVO
Fava Danta - ração para animais Tamboril – para fazer canoas e tábuas Tutucubá –fruta Aroeira – medicina Janaúba – medicina Sapucaia – fruta comestível Mameleiro – medicina Amargoso – medicina Maçaranduba Sambaíba Amora Jatobá Chanana Murici Pau d'arco Cajá Crioli Pitomba de leite Ingá Gabiraba Olho de boi	Tatu Mabira (tamanduá) Cutia Paca Veado Nambú Juriti Bicho-preguiça Cobras (sucuri) Jacaré Quandú (porco espinho) Capivara Tiuba Abelha muçu Abelha italiana Abelha ara	Surubim Mandi Piranha Anojado Curimatá Branquinha Piaba Mandi branco (pomba de padre) Bico de pato Mandubé Cachimbo Bodó Mussum Caranguejo Siri vermelho Cascudo	Arroz Mandioca (18 meses) (variedades: praiana, najá, pauzão, vermelha (6 meses) Milho Feijão Fava Maxixe Quiabo Macaxeira Melancia

CRIAÇÕES:

BARRO VERMELHO	BATURITÉ	RIACHO DA CRUZ
Galinhas: criadas soltas Porcos: criados presos Bode: falta local adequado Jumento	Porco: criado preso Bode: PRONAF Bois e vacas Galinha Jumento Tentaram criar peixes	Gado Jumento Cavalo Porcos Galinha

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Época de plantio: janeiro e fevereiro, maio, junho e julho.

✎ Início da colheita: setembro

✎ Utilizam agrotóxicos e a maioria não faz controle de queimadas (coivara)

Território

✎ Todo o território tem carnaúba, mas negociam o carnaubal com o pretenso proprietário.

✎ Decreto de desapropriação de 361 hectares inclui as comunidades de Riacho da Cruz, Saco, Pavio II (Baturité).

OS MAIORES RISCOS IDENTIFICADOS:

Extração de aterro e areia próximo e dentro do rio Munin, desde 2010	Queimadas
Instalação da fábrica da Suzano	Desmatamento
Assoreamento dos brejos e do rio Munim	Cheias do rio Secas prolongadas

MAIORES IMPACTOS IDENTIFICADOS

- Diminuição da criação de animais
- Diminuição da agricultura (roça)
- Resíduos químicos no rio
- Morte da fauna aquática (peixes)
- Problemas de saúde causados pela água poluída do rio
- Doenças de pele, diarreia em crianças
- Diminuição dos peixes no Riacho da Cruz
- Destruição de roças pela enchente de 1974 e perda da produção
- Inundação e destruição das casas pela enchente de 2009

OS RISCOS E VULNERABILIDADE E AS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO

A comunidade e seu entorno estão numa região estratégica do ponto de vista hídrico, pela proximidade do Rio Munim e outros riachos, o que por outro lado representa um risco em épocas de cheias.

Embora não sejam frequentes, as cheias causam grandes impactos: alagam casas e áreas de produção, provocam erosão nos rios, e espalham lixo e agrotóxicos, responsáveis pelo aparecimento de doenças como a diarreia, intoxicação de pessoas e morte de animais.

Ficou constatado que a comunidade não desenvolve estratégias para lidar com as cheias, muito provavelmente por não se tratar de um problema frequente.

Quanto às secas, as maiores consequências são: dengue, problemas gastrointestinais, causados pela má qualidade da água, doenças não identificadas, verminoses, hipertensão por conta da alta temperatura, prejuízos no sistema produtivo da comunidade e aumento dos riscos de queimadas.

Em ambas as situações é evidente a ausência do poder público tanto para prevenir as causas quanto para amenizar as consequências.

Nos momentos de secas e cheias em que o sistema produtivo é afetado, as famílias tentam se manter com o dinheiro de benefícios socioassistenciais, como Bolsa-Família e aposentadoria dos seus membros mais velhos. Também sobrevivem de pequenos trabalhos como a quebra do coco babaçu e os chamados "bicos", realizados fora da comunidade.

Os períodos de estiagem ou cheias afetam ainda a segurança alimentar e nutricional: os agricultores passam a comprar a maioria dos alimentos que consomem. De modo geral, as terras do município se situam em locais altos e as comunidades do território, com exceção de Barro Vermelho, não são atingidas pelas cheias, sendo a seca/estiagem os seus principais problemas.

CONSTRUINDO ALTERNATIVAS LOCAIS

Divididos em três grupos – homens, mulheres e jovens – os participantes da segunda oficina refletiram sobre como as atividades desenvolvidas nas suas comunidades são afetadas pelos riscos climáticos e sobre como adaptá-las ou até mesmo planejar novas atividades com vistas a reduzir riscos e impactos.

SOCIALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE GRUPOS:

MULHERES

As mulheres relataram as atividades desenvolvidas por elas e como podem ser reformuladas:

	DIFICULDADES	REFORMULAÇÃO	NOVA ATIVIDADE
Aproveitamento dos quintais (horta, frutíferas)	Água longe de casa; poço artesiano não distribui água para as casas; conhecimento insuficiente para manejar as hortas.	Kit de irrigação para hortas; distribuição da água do poço artesiano para as moradias (Baturité); capacitação técnica.	Poço artesiano na comunidade Barro Vermelho.
Extrativismo do Babaçu, Murici e beneficiamento de frutíferas	Na maioria das vezes vendem a amêndoa in natura; o processo de beneficiamento é rudimentar, demorado e provoca nas mulheres grande desgaste físicos; falta acesso a equipamentos.	Prensa e moinho para produção do azeite; equipamento para extração, secagem e embalagem do mesocarpo.	Capacitação para aproveitamento integral do babaçu e produção de polpa do murici; aproveitamento do caju e da acerola; energia elétrica para Barro Vermelho.
Criação de Bodes	Não tem área de pastagem; queimadas; assessoramento técnico insuficiente.	Formação de pastagem; produção de silagem; assistência técnica continuada.	

O grupo de mulheres ainda destacou desigualdades nas relações de gênero e dificuldades para participar de reuniões, capacitações e eventos regionais; denunciou a violência contra mulher e aproveitou o momento para esclarecer questões sobre a Lei Maria da Penha.

HOMENS

Os 14 participantes do grupo dos homens discutiram as atividades atuais e o que precisa mudar. Suas conclusões estão sintetizadas no quadro abaixo:

ATIVIDADE ATUAL	O QUE PRECISA MUDAR
Roça	- Área demonstrativa de roça diferenciada (experiência piloto com princípios e práticas da agroecologia); - processo de capacitação para trabalhar com novas práticas; - diversificação de culturas.
Quintais	- Enriquecimento dos quintais
Água	- Cuidar para não roçar as margens do rio, evitando o assoreamento em parte causado pela fragilidade da mata ciliar; - construção de açudes, cisternas e poços artesianos ; - melhoramento da higiene básica, por meio de acompanhamento dos Agentes Comunitários de Saúde.
Sementes	- Formas de armazenamento das sementes nativas (mais resistentes e adaptadas à realidade local).
Criação de pequenos animais	- Diversificar com criação de peixe e galinha e melhorar a criação de bode.
Meio Ambiente	- Trabalhar a conscientização em geral com relação ao meio ambiente; - criar brigadas para controle do fogo; - ter mais preservação e cuidado.

JOVENS

O grupo de jovens, com 19 participantes, teve muita dificuldade de responder as questões colocadas:

- O que é ser quilombola?
- O que existe de diferente entre os jovens quilombolas e os jovens de outros lugares?

- ✎ Os jovens têm noção das ameaças que estão sobre a suas comunidades?
- ✎ Qual é o papel da juventude, na opinião do grupo?
- ✎ O que os jovens esperam do seu futuro e do futuro da comunidade?
- ✎ O que pode ser feito para melhorar a atuação situação?
- ✎ Como os jovens avaliam o momento de dificuldades que estão vivendo?
- ✎ Em que os jovens acham que devem melhorar para ajudar a comunidade?

Apenas três deles participaram ativamente da discussão. Manifestaram preocupação com os prejuízos causados pela draga ao meio ambiente e com a necessidade de fazer alguma coisa para tirá-la da comunidade: "a água do rio, no final da tarde, fica cheia de óleo". Afirmaram que ser quilombola é um modo de pensar, resistir e lutar e que o papel dos jovens é estudar, repassar os conhecimentos e dar continuidade à luta da comunidade pela terra. Reclamaram da falta de escola de qualidade no povoado e da discriminação que sofrem nas escolas da cidade, por parte dos colegas e também dos professores, que, inclusive, se recusam a falar sobre os quilombolas. Alegaram dificuldade em entender a linguagem dos participantes da oficina e timidez em participar. Consideraram o assunto desinteressante e admitiram não dominar o tema das mudanças ambientais.

Terminadas as apresentações, foram feitas considerações sobre a importância das atividades e propostas para mudar a realidade das comunidades, mas o tempo não foi suficiente para avaliar a relevância do impacto das atividades sobre os recursos e meios de subsistência e as questões relacionadas à viabilidade e sustentabilidade.

Na avaliação ficou claro que o contexto de violência e de violação dos direitos das comunidades – como a discriminação em razão da sua luta pelo território e a ausência de políticas públicas básicas - são fatores importantes para impulsionar o processo de mudança.

AVALIAÇÃO EM PLENÁRIA

As comunidades avaliaram que estão num processo de aprendizagem e que as discussões, o conhecimento partilhado e as batalhas já vencidas lhes dão a esperança de conquistar as parcerias necessárias para construir dias melhores.

O acompanhamento das ações foi apontado como o principal desafio do trabalho no Barro Vermelho e algumas possibilidades foram levantadas:

- ✎ Intermediação da associação para compra de ferramentas e materiais:
- ✎ Recuperação do solo e tentativa de trazer água (o que depende de energia elétrica que não existe em Barro Vermelho);

✎ Fomento da discussão de alternativas para um processo continuado de formação e capacitação que fortaleça a sua capacidade de reivindicar direitos;

✎ Aproveitamento das oportunidades que virão com a desapropriação, para fortalecer seu modo de vida e suas lutas;

✎ Acompanhamento de entidades como a AGERP (Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão);

✎ Parceria com a UFMA (Campus de Chapadinha) para ajudar os trabalhadores na construção de alternativas locais.

Outros problemas levantados:

✎ Timidez e/ou pouca participação das mulheres e dos jovens nos processos de capacitação;

✎ Atos - praticados pela própria comunidade - prejudiciais ao seu sistema produtivo e ecossistema, como, por exemplo, a colocação de cercas no rio;

✎ Pacotes de técnicas agrícolas - sem nenhuma afinidade com as condições locais - impostos aos projetos de assentamento;

✎ Criação de comitês das bacias Munim e Mearim;

✎ Preconceito racial por parte das comunidades que não se consideram quilombolas;

✎ Perda da história local, por medo e trauma dos mais velhos de falar sobre sua origem.

Também foram relatadas ameaças de morte e tentativas de emboscada contra lideranças, por parte de outras comunidades e da família Leite, proprietária da área.

Num resgate dos vídeos exibidos no dia anterior, os participantes apresentaram muitas constatações:

✎ É necessário preservar a água, frente a crescente contaminação dos mananciais e a crise de água no mundo;

✎ A falta de recursos leva o agricultor pobre a usar alternativas próprias de recuperação do solo, aproveitando-o, mesmo que esteja degradado;

✎ A agroecologia é uma opção de agricultura mais saudável, e é preciso que agricultores familiares repensem suas práticas;

✎ A luta contra os agrotóxicos, o agronegócio e as mudanças climáticas deveria ser parte do compromisso das pessoas que lutam em defesa dos direitos humanos;

✎ Inicialmente, deve-ser fazer uma capacitação técnica e prática dos próprios agricultores para que possam tomar uma atitude em curto prazo contra a perda da produção;

✎ Defender e mobilizar recursos para a manutenção do seu próprio modo de vida é uma forma de resistência;

✎ A única forma das comunidades enfrentarem a ofensiva do agronegócio é

assumir a agroecologia - como princípio e como prática - pois, além de resgatar e valorizar as práticas tradicionais de uso da terra e dos recursos naturais ela é também uma ferramenta política e pedagógica para a luta em defesa dos direitos territoriais; é um processo de observação, de aprender com o outro, de ensinar e aprender, de aprender e ensinar; respeita a cultural local e a diversidade; mantém e aumenta a biodiversidade; reduz custos; contribui para a construção de uma sociedade justa e igual para homens e mulheres.

4.14. AVALIANDO A ESTRATÉGIA

A estratégia levou, de maneira diferenciada e a partir da realidade local, à percepção dos riscos e à construção de diferentes formas de adaptação; foi um momento de se propor medidas e ações a partir das possíveis ameaças que influenciam diretamente as pessoas no território; também levou à compreensão de como alguns fatores externos influenciam, negativa e positivamente, a realidade local, provocando mudanças significativas no modo de vida e contribuindo para uma reflexão sobre o processo de mudanças climáticas.

Permitiu avaliar o território quilombola com todos os seus componentes e sua diversidade, com diferenças nos modos de adaptação e nas formas de organização. Também possibilitou a construção de uma representação coletiva do território em torno do tema mudanças climáticas, apontando elementos que propiciaram a visualização do contexto socioambiental.

Algumas dificuldades foram percebidas com relação ao tema no que se refere à compreensão do que seriam mudanças climáticas e sua interferência no cotidiano da comunidade. Foram criadas expectativas no que tange a continuidade dos trabalhos, levando em consideração as propostas e ações que foram construídas e a necessidade real das comunidades do território quilombola de Barro Vermelho.

4.15. REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO

Reflexões sobre a aplicação do instrumento permitem pontuar algumas questões:

✎ Apesar da sua extrema relevância, na prática, o instrumento se mostrou insuficiente, diante das múltiplas dimensões do problema ambiental enfrentado, particularmente pelas comunidades tradicionais em conflito pela posse e título definitivo de seu território, com graves ameaças no seu entorno.

✎ O tempo para se trabalhar os módulos, tal como está planejado, é muito pequeno. Se fosse obedecida a sequência proposta, apenas visando produzir um "resultado",

a atividade seria exaustiva, podendo atropelar a percepção e compreensão das comunidades (para quem, às vezes, é mais importante fazer o relato minucioso de uma questão do que atribuir números ou percentuais a questões apresentadas).

✎ É necessário cuidado nas abordagens sobre os riscos e desastres ambientais, para não culpabilizar as pessoas em suas práticas. Também se deve atentar para o risco de criar a ilusão de que basta adotar práticas agroecológicas para que os problemas sejam minimizados, cabendo aqui uma pergunta: e o papel das empresas e do Estado (omisso, negligente e, não raras vezes, o próprio agente destruidor)? Não se trata de discordância quanto à necessidade de refletir sobre os atos individuais e coletivos e como eles interferem na problemática ambiental. Construir as ferramentas políticas e técnicas para o enfrentamento dos problemas é importante, porém é igualmente importante discutir como os agentes públicos e privados estão agindo de forma mais geral nessa questão, pois sem transformações macroeconômicas não será possível brecar a destruição ambiental.

✎ Uma crítica ao instrumento é em relação à sua capacidade de desencadear uma discussão sobre algo que é concreto e é sentido, mas que muitas vezes só está organizado em "nossas cabeças". A análise do contexto, da situação, pode se tornar linear, limitada, e se esse instrumento for usado por outros grupos de forma pouco crítica, ou mesmo com interesses divergentes, poderá ser incapaz de produzir as mudanças necessárias.

✎ Avaliamos que seguir rigidamente a aplicação do instrumento poderia produzir um resultado induzido, não permitindo o diálogo com outras dimensões do problema.

✎ A aplicação prática do instrumento possibilitou perceber a necessidade de se ter a devida paciência pedagógica, respeitando o tempo e o ritmo das comunidades e das pessoas, uma vez que o problema ambiental em comunidades como a do Barro Vermelho, determina e é determinado por aspectos políticos, econômicos e culturais.

✎ Os módulos não foram aplicados de forma sequencial, como propõe a metodologia. Nossa principal preocupação foi a compreensão e a apropriação dos novos conhecimentos pelas comunidades, cujas informações trazidas deveriam se complementar e interagir, de forma a construir um conhecimento que fosse o resultado dessa troca. Nesse sentido as informações foram coletadas durante toda a sequência dos trabalhos.

4.2

Comunidade de pescadores e marisqueiras

CURRAL VELHO - CE

Organizações responsáveis pela Aplicação do Instrumento: Instituto Terramar e Associação Comunitária de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho.

4.2.1. CONTEXTO[2]

Curral Velho é uma comunidade tradicional de pescadores e marisqueiras localizada no município de Acaraú, no Ceará (litoral oeste), a 242km da capital, Fortaleza. A comunidade mantém estreita e respeitosa relação com o ambiente do seu entorno - os manguezais, as dunas, a praia, as gamboas, o apicum, os rios, o mar e a terra tradicionalmente ocupada. Desses lugares retiram seu sustento. A natureza e biodiversidade presentes no território recebem significados especiais, culturais, simbólicos e afetivos, a partir da relação estabelecida com eles pela comunidade. Sem a preservação desses ambientes a sobrevivência comunitária, material e subjetiva, está ameaçada.

A comunidade está exposta a agressões sociais e ambientais. Sua principal resistência é contra a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro). Essa luta garantiu a preservação de uma grande área de mangue, último espaço deste ecossistema não ocupado pela carcinicultura na região. Destaca-se a derrubada de cercas e o desate[3] como ações de resistência e defesa pela preservação dos manguezais. Em 7 de setembro de 2004, pessoas da comunidade foram alvejadas por balas de chumbo disparadas por seguranças das fazendas de camarão. Essa ação provocou a mobilização de algumas pessoas da comunidade , que realizaram um ato no dia 9 de outubro de 2004, denunciando as violências que a comunidade estava sofrendo - e a busca pela preservação do manguezal. A mobilização ficou conhecida como "desate".

2 Estas informações foram obtidas nos sites: http://www.tucum.org/site/2313/nota/111763; http://birimbelo.com/textos/manchete/o-outro-lado-de-curral-velho/; http://curralvelho.blogspot.com.br/; http://pt.scribd.com/fullscreen/67291962?access_key=key-2z95ntbcwraf1h49b8e e na publicação da rede Tucum "Historiando Curral Velho". http://www.portaldomar.org.br/blog/portaldomar-blog/categoria/noticias/historiando-a-rede-tucum

3 Desate são manifestações de apoio e solidariedade a comunidades atingidas por algum tipo de desrespeito aos direitos humanos. Como metodologia, instituiu-se na Zona Costeira a partir do Projeto SOS Zona Costeira.

A comunidade de Curral Velho constrói no seu cotidiano práticas socioambientais de convivência com o ecossistema manguezal, que garante a soberania alimentar das famílias e influencia na organização social e ocupação espacial. No turismo comunitário, na cultura e no fazer político cotidiano, a comunidade vem construindo alternativas para geração de trabalho e renda que fortaleçam seu modo de vida e mantenham a conservação ambiental. Essa experiência serviu e serve de modelo para outras comunidades de pescadores e marisqueiras, sendo a prática de constantes intercâmbios (estadual, regional, nacional e também internacional) uma forma de articulação da comunidade com outras organizações da sociedade civil.

O Centro de Educação Ambiental e Turismo Comunitário Encante do Mangue, local onde aconteceu a oficina, é representativo da luta da comunidade. Além de ser ponto de encontro da organização comunitária, o Centro permite que a atividade do turismo comunitário se fortaleça, uma vez que conta com estrutura de hospedagem e alimentação para visitantes.

As manifestações culturais como o reisado, o drama, as novenas, as quadrilhas ajudam a fortalecer a coesão do grupo.

Assim, Curral Velho se fortalece enquanto comunidade e busca que suas reivindicações sejam atendidas pelos representantes dos poderes públicos - Executivo, Legislativo e Judiciário. A pauta de reivindicações contempla alternativas socioambientais para a convivência harmoniosa com o lugar onde vivem e maior autonomia sobre os modos de gestão, uso e ocupação do território, tendo a comunidade como sujeito primeiro de decisão.

Hoje buscam efetivar seu direito à terra tradicionalmente ocupada, bem como a preservação dos locais de mariscagem e as condições para a realização da pesca artesanal (destaque para pesca realizada com a técnica do "curral", atividade que deu origem ao nome da localidade).

4.2.2. PREPARATIVOS

A comunidade pesqueira não tinha refletido plenamente sobre qual seria a atividade realizada. Durante uma reunião da associação, Laureana aproveitou para falar da oficina de que participara em Salvador e também comunicar a intenção do Instituto Terramar de aplicar o "instrumental participativo de avaliação de riscos climáticos e desastre", desenvolvido pela HEKS e PPT e repassado para os parceiros do DTAT (Programa Direito a Terra, Água e Território), na comunidade de Curral Velho. Os moradores acharam o tema interessante e buscaram uma data na agenda para a realização da atividade.

As técnicas do Instituto Terramar, junto com Laureana, se debruçaram sobre o material teórico que indicava os procedimentos para aplicação do instrumental e fizeram uma reorganização das etapas, adaptando perguntas para orientação dos trabalhos. Laureana, que representou a comunidade na oficina de Salvador, e Cris, que representou o Instituto Terramar, se reuniram para preparar as diretrizes que iriam indicar as adaptações na metodologia. Essa adaptação se mostrou de fundamental importância para um maior envolvimento dos participantes. Um dos primeiros desafios foi o de adequar um instrumento já pensado e direcioná-lo para a realidade de Curral Velho, fazendo a "ligação" do dia a dia da comunidade com a questão das mudanças climáticas.

4.2.3. A ATIVIDADE

Nos dias 11, 12 e 13 de maio se reuniram dezesseis pessoas de Curral Velho para compartilhar percepções sobre as mudanças climáticas, seus riscos e impactos para a comunidade – parte dessas pessoas esteve presente somente numa etapa das atividades.

INTRODUÇÃO

No dia 11, Rogéria e Cris fizeram a apresentação da atividade que seria realizada e iniciaram reflexões sobre a problemática ambiental e a percepção das mudanças climáticas. Rogéria fez uma explanação sobre o que seria o "efeito estufa", e relacionou os seus perigos para a manutenção da qualidade de vida dos habitantes do Planeta Terra. Na ocasião também falou da importância ambiental da Zona Costeira e dos riscos de agravos às crises climáticas quando há destruição e degradação dos ecossistemas costeiros. O desmatamento dos mangues, o aplainamento de dunas fixas ou interferências nos percursos de dunas móveis, assim como a ocupação intensiva da costa por atividades industriais poluentes são fatores que agravam a insegurança e os riscos de desastre ambiental.

No dia 12 pela manhã, Cris retomou sinteticamente as bases do trabalho e fez uma dinâmica de apresentação em que cada participante expunha o que tinha percebido de mais relevante na explicação inicial dos trabalhos. Os seguintes destaques foram feitos:

✎ O derretimento dos polos Sul e Norte estaria influenciando a mudança na altura das marés;

✎ O aquecimento global estaria causando tsunami;

✎ A importância de se adquirirem novos conhecimentos sobre a questão climática;

✎ Energia eólica: necessidade de aprofundar conhecimentos sobre os impactos ambientais e sociais.

✎ A importância da preservação do mar e do mangue para a comunidade.

3.2 "A NOSSA IDENTIFICAÇÃO"

A primeira parte do trabalho foi descrever como a comunidade se percebe.

ONDE ESTAMOS SITUADOS?

Município de Acaraú, Ceará, região Nordeste do Brasil.

CLIMA?

Úmido, porque vivemos "molhados".
Mais quente de janeiro a maio, tempo do inverno. Mais frio no verão, junho a dezembro, em razão da brisa da maré. No período de lua cheia a maré é mais alta e também o tempo mais frio.

DE QUE MODO NOSSO POVO VIVE?

1) Plantios – agricultura para consumo – feijão, batata, milho, mandioca
2) Mariscagem – varia a intensidade conforme o ciclo do ano e a relação da maré com o sol
3) Pesca – porém no inverno tem pouco peixe devido à água ficar suja em razão da chuva

QUANTOS SOMOS?

Aproximadamente 600 famílias, três mil pessoas
Muita gente está morando em São Paulo ou outros grandes centros.

A VIDA COMUNITÁRIA

✎ Divididos em duas partes denominadas Curral de Cima e Curral de Baixo.

✎ Maioria da população está entre 15 e 35 anos.

✎ Bastante festeiros.

✎ 70% professam a religião da Igreja Católica ou das igrejas evangélicas.

✎ 30% professam sua religião em terreiros ou não declaram sua religião.

✎ No começo, por volta de 2003, a Carcinicultura dividiu as pessoas da comunidade, que vêm, nos últimos tempos, se reaproximando, por conta da percepção, pelos que antes estavam a favor, dos danos que essa atividade acarreta às famílias.

✎ A implantação da energia eólica novamente divide as opiniões. Novo impasse estaria sendo gerado.

✎ Há rivalidades construídas entre as duas partes da comunidade, e gangs de jovens brigavam entre si. Hoje, a aproximação vem paulatinamente se consolidando.

"RISCOS, IMPACTOS, MUDANÇAS"

Como o jeito de ser se relaciona com o território?

✎ O meio ambiente é importante para o jeito de viver da comunidade. Esse jeito de viver foi adquirido. Os saberes sobre os ciclos das chuvas e das marés vêm da proximidade estabelecida com a natureza. A qualidade de vida e a tranquilidade das pessoas dependem da manutenção desses saberes. Há uma relação de afeto com os manguezais.

✎ O conhecimento dos limites de cada ecossistema faz com que se saiba como preservá-los, uma vez que sua manutenção é importante para sobrevivência das pessoas.

✎ Perigo: a nova geração não tem muito esse conhecimento, especialmente por conta da ocupação dos territórios costeiros por políticas e projetos de desenvolvimento, externos aos modos de vida locais, que provocam crise nas atividades tradicionais; e pela invasão das culturas urbano-industriais que reconfigura os sonhos e desejos.

Será que vivendo neste lugar e desse jeito, corremos algum risco de desastre natural?

✎ Aquecimento global: destruição das matas, do mangue. Tempo quente relacionado a doenças.

✎ Avanço da Maré: em duas gerações algumas casas já foram deslocadas duas vezes.

✎ A ciência do homem por vezes não acredita na sabedoria, como a trazida pela religião. As profecias estão se cumprindo.

✎ As paisagens mudam com a relação humana. A natureza não é tão "natural" assim.

✎ As atividades do entorno podem afetar os recursos daqui.
Ex1: Petrobras. Vazamento de petróleo trás risco para a vida no mangue
Ex2: A carcinicultura salgou a região (salinização do solo)

Existem outros modos de ser e fazer que impactam sobre os bens naturais presentes em nosso território?

✎Carcinicultura:
i) privatização das terras;
ii) poluição das águas;
iii) os camarões cultivados, de espécies exóticas, fogem dos viveiros e matam outros peixes;
iv) salinização dos solos, das várzeas;
v) comprometimento das estruturas das habitações pelos altos níveis de salinização

✎ Implantação da energia eólica:
i) perda do direito de ir e vir;
ii) desorientação dos pássaros;
iii) derrubada da mata para implantação do sistema;
iv) o aquífero fica afetado, aumentando a evaporação;
iv) mudança nas paisagens com a construção de estradas e intensa circulação de veículos e equipamentos pesados;
v) abuso e exploração sexual de mulheres e meninas nos canteiros de obras
vi) pesca ilegal: por rede e por compressor – diminuição gradativa da quantidade de peixes, lagostas e outros.

✎ Olarias:
i)destruição dos locais de extração de barro.
ii) área de apicum atingida;
iii) queima de grande quantidade de lenha.

Pensando nos últimos dez ou quinze anos, é possível perceber alguma mudança no nosso clima?

✎ Redução das chuvas.

✎ Menor produção das árvores frutíferas, a exemplo dos cajueiros.

✎ Menos diversidade de peixes encontrados nos currais de pesca.

✎ Diminuição das dunas; avanço do mar; formação de dunas no mangue.

✎ Desaparecimento da croa do mar.

✎ Maré sobe muito em tempos indeterminados;

✎ Mudanças no ciclo da chuva e dos ventos – vento começa e termina mais tarde; as chuvas começam mais tarde e terminam mais cedo;

✎ Mudanças geram certo nervosismo/stress, relacionado a dúvidas quanto à fartura na mesa, geram dificuldades econômicas e desafiam a organização das pessoas;

✎ A interferência nos ecossistemas e seus ciclos prejudica a aplicação dos conhecimentos tradicionais na organização da vida comunitária.
Jovens buscam outras ocupações.

"O MAPA"

Tendo como base um mapa já desenhado, foram sendo marcados os principais pontos relacionados aos riscos ambientais e às mudanças vivenciadas pela comunidade.

A reflexão sobre o trabalho do mapa propiciou uma conversa bem instigante. Alguns destaques:

✎ Se realmente o que estamos falando for acontecer, temos que pensar logo o que vamos fazer;

✎ Foi bom para mostrar que a carcinicultura, a energia eólica, esses empreendimentos trazem mais problemas do que benefícios. A ocupação do território com atividades externas ao modo de vida tradicional deixa a comunidade encurralada e dificulta a gestão dos riscos, tais como as definições de locais mais seguros para as habitações;

✎ Ainda não tínhamos parado para pensar estas coisas todas juntas não;

✎ Serve como um aviso para nos prepararmos;

✎ A maioria das coisas é devido à ação humana mesmo;

✎ Diferença nas cheias dependendo da proteção do mangue: o desmatamento dos mangues aumenta a insegurança tanto em relação às cheias, quanto em relação ao avanço do mar.

4.2.4. AVALIANDO E REFORMULANDO A ESTRATÉGIA

Após a realização das atividades do dia 12, refletiu-se sobre a necessidade de um aprofundamento das questões abordadas, com mais pessoas da comunidade participando. Pensou-se em incluir a escola por ser um ponto estratégico de disseminação de conhecimentos - a troca de saberes é importante e por isso mais gente deve ser envolvida. Observou-se que as reuniões não devem ser muito demoradas ou cansativas. Foi feita uma ampla reflexão sobre como organizar a comunidade, aproveitando espaços não institucionais - novas estratégias de mobilização precisam ser construídas.

A atuação das técnicas do Instituto Terramar e de Laureana foram elogiadas, principalmente pela condução dos trabalhos, sintonizando a temática com o cotidiano da comunidade. Não terminar o processo todo de uma vez parece ter sido a decisão mais sensata. Ir até o fim com os passos indicados no instrumento seria "forçar a barra". Esperar reunir mais pessoas da comunidade, e buscar envolver a escola pode dar mais fôlego ao grupo.

Finalizou-se enfatizando duas questões que foram discutidas e que apareceram muito fortemente nos trabalhos:

i) A carcinicultura

✎ Falta tratamento adequado dos resíduos; falta, inclusive, uma bacia de sedimentação para tratamento da água.
✎ Como fiscalizar o processo? Os órgãos ambientais não são confiáveis.
✎ Parte do mangue morreu, as madeiras das árvores estão podres, a lama ressecada, sem vida.
✎ As empresas estão criando novos discursos, tentando dizer que a carcinicultura é benéfica para o manguezal. Promovem festas como o festival do camarão, tentando mostrar "uma realidade que não é".

ii) Dunas – estão indo embora com muita rapidez.

4.2.5. REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO EM CURRAL VELHO

Pode-se perceber que é de grande relevância abordar a questão ambiental numa comunidade como a de Curral Velho, campo de disputas e com interesses muito distintos em jogo. É necessário que as questões ambientais sejam conectadas com a vida da comunidade. Os agentes sociais, , desde o primeiro momento, associaram os impactos ambientais com o modo de vida da comunidade e seus

interesses, reforçaram suas estratégias de luta, distinguindo seus interesses dos de seus antagonistas, e contribuindo para a percepção dos seus pontos fortes e fracos.

A adaptação feita por Laureana, Rogéria e Cris foi fundamental para a fluidez das discussões. Mesmo com a monopolização das falas por algumas lideranças, pode-se perceber envolvimento e interesse em todos os presentes.

A atividade do mapa pode ser melhor explorada, partindo para uma cartografia social do grupo.

Foi bem acertada a parada nos trabalhos para a comunidade agregar mais pessoas na discussão.

O tema se mostrou relevante, necessitando ser melhor dominado pela comunidade para fortalecer suas ações. Relacioná-lo com os conflitos entre a comunidade e os empreendimentos antagônicos aos seus interesses pode dar mais clareza para novas estratégias de mobilização.

4.3

SÃO PAULO-SP

ACAMPAMENTO

IRMÃ ALBERTA

Organização responsável pela aplicação do instrumento: MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

4.3.1. CONTEXTO

O acampamento Irmã Alberta está localizado à altura do km 27 da Rodovia Anhanguera, na comunidade de Perus, município e estado de São Paulo e faz divisa com Cajamar e Santana do Parnaíba. É uma área de 110 hectares, tem 37 famílias, aproximadamente 90 pessoas, oriundas da cidade de São Paulo, a maioria descendente de nordestinos. O acampamento completou 10 anos em julho de 2012 e os acampados estão organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A área é disputada com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Inicialmente cogitado para a construção de um "lixão" pela prefeitura de São Paulo, o local se tornou hoje alvo de interesse do setor imobiliário com fins especulativos.

As famílias, ainda em situação de acampamento, se organizam para a produção de alimentos agroecológicos, especialmente hortaliças, frutas e pequenos animais, comercializados em feiras na cidade de São Paulo. Com o apoio das comunidades vizinhas, elas seguem resistindo na área.

4.3.2. PREPARATIVOS

Foi decidida, por indicação do Setor de Produção, a aplicação da metodologia no Acampamento Irmã Alberta, pela necessidade de organizar os espaços mais próximos da cidade de São Paulo como estratégia de desenvolvimento das próprias comunidades e de divulgação da Reforma Agrária.

O contato com as lideranças estaduais que atendem essa área e com as lideranças do acampamento se deu na perspectiva da aplicação da metodologia associada a uma discussão política conduzida pelo Setor de Produção, que reuniria dois outros assentamentos. No entanto, por dificuldades de agenda das lideranças do estado, não foi possível realizar essa atividade na data programada inicialmente, 02 a 04 de maio.

No dia 11 de maio, foi realizada uma reunião para explicar melhor a atividade e acertar a data. A Coordenação alegou dificuldade de realizar esse tipo de atividade por estarem as famílias já cansadas de levantamentos sem ações práticas. Isso nos levou ao comprometimento de fazer um levantamento da situação das famílias para posteriores ações relacionadas à organização e à produção na área.

A atividade foi marcada para os dias 18 de maio (tarde) e 19 de maio (manhã), sendo o primeiro dia para os núcleos 1 e 2 e o segundo para os núcleos 3 e 4. Ficou a cargo da coordenação dos núcleos a mobilização das famílias para a atividade. A estratégia foi convidar os trabalhadores para o levantamento das demandas do acampamento e conseguir assim sua participação.

4.3.3. A ATIVIDADE

Reuniram-se, no dia 18, sete pessoas e, no dia 19, onze, sendo dez adultos e uma criança. Programamos realizar a mesma atividade para os dois grupos, mas quando iniciamos os levantamentos dos dados da área o tempo avançou rápido e não foi possível entrar na metodologia.

No segundo dia se deu continuidade às atividades do primeiro, após um resgate inicial dos dados levantados. Duas lideranças ajudaram nos encaminhamentos da atividade e foi possível chegar até o desenho do mapa da área.

Ficou acordado com os participantes dar seguimento às atividades: contribuir, através de oficinas, cursos e trabalhos práticos de estudo e planejamento, para a execução dos projetos em andamento e implementação de novos projetos; dar continuidade à realização da coleta de dados.

As famílias carecem dessas contribuições para melhorar suas condições de vida e também para convencer os órgãos governamentais a desapropriar a área.

A seguir os dados levantados:

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

✎ Produção agropecuária (hortaliças, frutas, pequenos animais) comercializadas em feiras ou diretamente aos consumidores.

✎ Prestação de serviços (plantio de hortaliças e frutíferas, jardinagem, construção civil, tinturaria, entre outros).

✎ Pequenos comércios (alimentos, cosméticos, salão de beleza).

✎ Aposentadoria.

PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PRODUZIDOS:

Hortaliças, milho verde, mandioca, batata-doce, feijão, frutas (banana, abacate, acerola, limão, mamão, uva), café, aves (galinha, pato, peru, galinha d'Angola), ovos, suínos, cana-de-açúcar.

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE MAIS PRODUZEM:

Dez famílias obtêm sua renda principal da produção agropecuária diversificada. A mandioca é uma exceção, sendo produzida por praticamente todas as famílias.

DESTINO DA PRODUÇÃO:

Além de servir para o autossustento, os produtos são comercializados na feira da USP, que acontece a cada 15 dias (15 kg/família); no Centro de Educação de Osasco, toda sexta-feira (10kg/família); mais 30kg, aproximadamente, são vendidos aos finais de semana a consumidores que vão comprar diretamente no acampamento. Apesar de razoável a oferta não atende à demanda dos que procuram pelos produtos.

PROJETOS EM ANDAMENTO NA ÁREA:

✎ Agroecologia: orientação da produção no acampamento – em andamento;

✎ Água: um grupo de biólogos e engenheiros das universidades iniciou uma conversação sobre a gestão das águas da área (uso, conservação, saneamento alternativo, aproveitamento da água da chuva), mas, segundo os produtores, a proposta pouco avançou.

✎ Apicultura: iniciou-se o projeto, mas as famílias não tiverem interesse em continuar.

✎ Mandala: foi iniciada na área de produção coletiva, mas está parada, ao que parece, por problemas organizativos. Há divergências sobre a viabilidade.

✎ Viveiro de mudas: é o principal projeto em discussão e todos parecem convencidos de que é um bom projeto para a geração de renda, mas precisa de orientação técnica e recursos para investimentos. Em nossa opinião, seria necessário um estudo de mercado e plano de gestão antes de iniciar.

DIFICULDADES:

✎ Área: muitas famílias se sentem inseguras e desanimadas para iniciar qualquer projeto, devido à não regularização da área; o acampamento já tem 10 anos e não há perspectivas de se efetivar assentamento.

✎ Energia Elétrica: como a área não é regularizada, não há um projeto oficial de distribuição de energia elétrica. Existem ligações clandestinas que não atendem a demanda de todas as famílias, acarretando problemas como a perda da cana-de-açúcar por não terem como processá-la, transformando em melaço, rapadura ou açúcar.

✎ Água: há um projeto autônomo de distribuição, mas é difícil contemplar todas as famílias, dadas as dificuldades do relevo e a falta de energia elétrica. Além disso, não foi feita uma análise que ateste a qualidade da água distribuída.

✎ Recursos para investimentos: não há recursos para investir em projetos produtivos individuais ou coletivos, nem resolver questões básicas de estruturas, como a implantação de cercas, cuja falta acarreta problemas como animais soltos e roubo da produção por pessoas de fora.

✎ Planejamento da produção: faltam técnicos, capacitação, incentivos e conhecimentos para que possam dar seguimento ao projeto da agroecologia. Os produtores relatam dificuldades no dimensionamento da produção, planejamento de consórcios, rotação de culturas, integração de cultivos com animais e aproveitamento de resíduos.

✎ Produção: não conseguem produzir mudas, especialmente de hortaliças e frutíferas. As que podem ser adquiridas no mercado são caras e escassas. Falta água, o solo está desgastado, há ataques de insetos e doenças nas frutas e verduras (podridão da mandioca, mosca da fruta, formigas, pulgão, ferrugem). Há queda de frutos e falta conhecimento das técnicas de poda de frutíferas.

CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RISCOS NATURAIS:

✎ Mudou o tempo das chuvas - está chovendo mais tarde;

✎ Aumentaram as tempestades - maior quantidade de chuvas, ventos, raios;

✎ O inverno está mais chuvoso;

✎ Mudou a época dos plantios e das colheitas;

✎ Algumas espécies não dão mais colheita;

✎ Aumentou a erosão do solo;

✎ Enxurradas são mais fortes;

✎ Aumentou a intensidade das secas;

✎ Aumentou a quantidade de incêndios;

✎ Reduziu a oferta de água.

OUTROS RISCOS IMPORTANTES A QUE A COMUNIDADE ESTÁ EXPOSTA:

✎ Insegurança pela falta de posse da área;

✎ Falta de água pela pressão de uso de indústrias como a Nestlé;

✎ Pressão urbana: aumento das áreas construídas no entorno e problemas com usuários de drogas que usam o acampamento como esconderijo;

✎ Descarte de lixo e entulho da cidade e das indústrias na área do acampamento;

✎ Contaminação do rio pela tinturaria de Santana do Parnaíba que faz divisa com o acampamento.

DEMANDAS APONTADAS:

✎ Posse e estruturação da área - investimentos, energia, água, acompanhamento técnico - é a demanda maior;

✎ Levantamento das águas e análise da sua qualidade, proteção de fontes, aproveitamento das águas da chuva e dos efluentes domésticos na produção;

✎ Recuperação do solo e utilização de medidas paliativas de fertilização e controle de insetos e de agentes causadores de doenças na produção, planejamento de rotação de culturas, consórcios, adubação, caldas;

✎ Estudo de mercado e plano de gestão do viveiro (que pretendem construir) e de recuperação da mandala para geração de renda;

✎ Conhecimento de manejo agroflorestal e de podas de frutíferas;

✎ Avaliação das questões ambientais, de recuperação das áreas degradadas, recomposição das áreas de APP;

✎ Capacitação técnica e organizativa para avanço da agroecologia.

RISCOS, IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

RISCOS	IMPACTOS	CARACTERÍSTICAS DOS RISCOS	ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA	EFICÁCIA DE SUSTENTABILIDADE
Fogo	✎ Queima a cobertura do solo; ✎ Queima as frutíferas; ✎ Perda e produção; ✎ Risco de incêndio de casas;	Aumento da frequência	✎ Aceiros ✎ Evitar fogo nas roças; ✎ Manter as áreas sem capim (braquiária); ✎ Mudar a concepção de “limpeza” de área;	✎ Nem todos fazem ✎ Cultura da queimada ainda predomina ✎ Demanda muita mão de obra e a queima é uma das maneiras mais fáceis de “limpar” as áreas ✎ Demanda tempo e mobilização da comunidade

Seca	✎ Poços secam; ✎ falta água nos lotes do morro; ✎ afeta a produção; ✎ frutas não se desenvol-vem	Aumento de intensidade e frequência	✎ Aumentar cultivo de hortaliças; ✎ plantar na sombra das árvores; ✎ aproveitar as águas do uso doméstico para frutíferas; ✎ fazer cobertura do solo com capim; ✎ buscar serviço fora; ✎ banco de sementes - quiabo, abóbora, feijão, coentro	Práticas sustentáveis, mas insuficientes.
Chuva em excesso	✎ Produz enxur-rada; ✎ afeta a produção	Aumento da intensi-dade frequência	✎ Curvas de nível; ✎ caixas de contenção; ✎ caixa seca perto dos pés de frutí-feras; ✎ aproveitamento do tempo bom para plantar o que for da época (não plantar a mesma coisa sempre)	Práticas sustentáveis, mas insuficientes

4.3.4. AVALIANDO A ESTRATÉGIA

A estratégia adotada foi aplicar a metodologia a partir da possibilidade de reforçar as lutas do acampamento pela melhoria da qualidade de vida de quem está na área, na perspectiva da conquista definitiva da terra, apontando as dificuldades, possibilidades e demandas.

Ficou evidente em algumas falas que a morosidade do processo de regularização da área provoca nas famílias cansaço, desânimo e insegurança em investir em algo mais concreto como organizar a produção e construir estruturas permanentes. Isso talvez explique por que, apesar do entusiasmo inicial no levantamento das demandas, à medida que o tempo avançava as pessoas foram abandonando a atividade para voltar aos seus afazeres, interrompendo o processo, e deixando dados por coletar.

Mas, além e apesar disso, aplicar o instrumento foi importante para que entrássemos na área, iniciando um debate com os envolvidos na organização do acampamento, o que exige uma continuidade com a qual ficamos comprometidos, a partir da demanda e programação da coordenação.

4.3.5. REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO

O tema das mudanças climáticas é, por si, difícil de ser tratado e pareceu distante das pessoas da área (nem mesmo a coordenação demonstrou interesse no assunto), mas, através de temas cotidianos do assentamento, especialmente da produção e geração de renda, foi possível introduzir a discussão.

Os participantes se convenceram de que algumas das dificuldades da produção são decorrentes das “mudanças do tempo” como costumam dizer. Também perceberam a importância de práticas produtivas diferenciadas, como as que já vêm sendo adotadas por algumas famílias. Finalmente constataram que, não podendo contar com as chuvas, é preciso encontrar formas de segurar a água no sistema.

A ferramenta utilizada é um bom instrumento, no entanto seria aconselhável encontrar uma forma de reduzir um pouco as questões. Os acampados participantes da atividade demonstraram muita dificuldade em seguir uma ferramenta lógica. Alguns se sentiram incomodados e quiseram logo sair.

Houve uma tendência à monopolização da fala por pessoas que têm um pouco mais de domínio do assunto e dos acontecimentos da comunidade.

4.4

AGRESTINA - PE

COMUNIDADE

VILA PÉ DE SERRA DOS MENDES

Organização responsável pela Aplicação do Instrumento: Bagulhadores do Mió.

4.4.1. CONTEXTO

A comunidade Pé de Serra dos Mendes está localizada na zona rural de Agrestina, município da região do Agreste Pernambucano, área de transição entre Zona da Mata e Sertão, Mata Atlântica e Caatinga, incluída na delimitação do Semiárido Brasileiro[4]. A distância entre Agrestina e a capital do Estado é de 154 km.

O acesso à comunidade se dá por uma estrada de barro distante aproximadamente 10 km da BR 104 que une Agrestina e Caruaru.

Á área, reconhecida como de propriedade quilombola, abrange também a comunidade vizinha, Furnas. Foi o primeiro vilarejo criado no pé da serra pelos descendentes de pessoas que fugiam da condição de escravidão e inclui ainda todas as terras da serra, onde originalmente se instalaram outros refugiados nas mesmas condições. As pessoas da comunidade contam que ainda há casas de barro e vestígios das construções de pedra. O presidente da associação de remanescentes de quilombos informou que em toda essa área moram hoje 279 famílias, e o território quilombola enfrenta alguns entraves para ser definitivamente formalizado. Um deles é a posse de terras de um fazendeiro de Caruaru, detentor de documentos formais e cujos bens estão sendo avaliados pelo INCRA para o cálculo da indenização. A comunidade relata que essa pessoa teria "comprado" as terras dos quilombolas, dando em troca peixes e cachaça.

A Vila Pé de Serra dos Mendes é formada por uma área central, onde tem uma igreja e uma pequena praça. Próximo da igreja se encontra a sede do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), a agência dos correios e o posto de saúde. A rua principal é asfaltada até a escola municipal. Aqui, diferente da vila de Furnas, de onde vieram as famílias, as casas são de tijolos e possuem banheiros.

A principal atividade econômica da comunidade é a produção e comercialização da castanha de caju. Outras formas de acesso a renda são o emprego informal nas fazendas vizinhas à comunidade, o emprego formal na administração municipal e o pequeno comércio. Muitas famílias têm roçados nos seus quintais, onde cultivam, para a própria subsistência, principalmente, macaxeira, feijão e milho.

A comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo pela FCP - Fundação Cultural Palmares em 2006. A Associação de Remanescentes dos Quilombolas da Vila Pé Serra dos Mendes tem 100 associados e se reúne uma vez ao mês.

4 Ministério da Integração Nacional, 2005

4.4.2. PREPARATIVOS

Inicialmente, entramos em contato com o presidente da associação quilombola, manifestando o nosso interesse em desenvolver na comunidade uma atividade pontual, que seria desdobrada em dois ou três encontros. Explicamos que o objetivo era produzir e reunir conhecimentos sobre a comunidade em relação aos temas de meio ambiente, mudanças climáticas e meios de vida e sugerimos a realização de uma reunião introdutória com representantes da comunidade e da associação, para apresentar a nossa instituição e a atividade proposta.

A reunião aconteceu na escola municipal da comunidade no dia 04 de maio, e teve a participação de um grupo de 18 pessoas - 13 mulheres (dentre elas 04 jovens) e 5 homens, representando a associação de remanescentes de quilombolas, através de seu presidente e vários sócios, e o conselho da igreja da comunidade, através da sua tesoureira, que é também a coordenadora do Programa PETI.

No primeiro momento foi feita a apresentação de Ana e dos Bagulhadores do Mió, seguida da apresentação de cada participante (nome, atividade principal e participação em alguma organização ou coletivo da comunidade). Feitas as apresentações, Ana expôs os motivos da presença da ONG[5] na comunidade, retomando o histórico da sua atuação no município. Falou dos parceiros envolvidos nessa atividade e citou o Programa Direito a Terra, Água e Território - DTAT como articulador de várias organizações, em diferentes estados, buscando ações conjuntas relativas aos direitos territoriais. Também manifestou interesse em conhecer melhor a comunidade, na perspectiva de ampliar as ações dos Bagulhadores do Mió na região.

Os participantes comentaram os projetos já desenvolvidos na comunidade em parceria com a associação. Sinteticamente, pode-se apontar duas reflexões principais: primeiro, há um sentimento de que "nada acontece", de que "os projetos não vão pra frente", responsabilizando tanto o poder público[6] quanto as pessoas da comunidade que "não abraçam", "não querem participar". Segundo, há uma expectativa de projetos que possam trazer novas oportunidades para melhoria da vida na comunidade.

Um dos projetos comentados foi a capacitação de um grupo de mulheres para beneficiamento da fruta do caju na confecção de bolos, doces e pão, avaliado pelo grupo como "interessante, mas que só ficou nisso". O outro foi

5 Abreviação de Organização não governamental.

6 Todos os projetos informados fazem parte de programas governamentais em nível estadual e municipal.

a capacitação das mulheres para fazer artesanato com fuxico (até hoje uma das mulheres capacitadas confecciona e vende fuxico e rendas que aplica em tecidos e outros artigos).

Por último se discutiu o local, dias e horários para a realização dos encontros da aplicação da metodologia, ficando acordado que os encontros aconteceriam na escola, na quarta-feira, 9 de maio, às 14hs, com o grupo de mulheres; e na quinta-feira, no mesmo horário, com o grupo de homens.

4.4.3. A ATIVIDADE

SOBRE A PARTICIPAÇÃO:

Com o grupo de mulheres o processo foi muito rico, porém mais demorado, talvez em função do número maior de participantes, mas também porque as mulheres ficavam discutindo muito entre si, enquanto que no grupo dos homens a palavra do presidente da associação era a que prevalecia (dois ou três participantes mais jovens faziam argumentações; o restante esperava o presidente falar para depois se colocar).

SOBRE O PROCESSO:

A atividade se desenvolveu seguindo o roteiro da metodologia, mas sem uma sequência linear. Foi-se percorrendo a sequência proposta, retroagindo e avançando. Algumas vezes se reiniciou com perguntas que tinham o mesmo objetivo, mas formuladas de maneira diferente.

Num primeiro momento, os riscos naturais apareceram como um tema muito distante da comunidade. Então partimos para outras perguntas: quais situações extremas do clima vocês conhecem? Sobre que desastres causados por eventos naturais já ouviram falar? Surgiu então a lista: seca, terremoto, enchente... Foram mencionadas as notícias atuais da situação de desastre com a seca no sertão, mas como uma situação muito distante da realidade local.

Então perguntamos: houve algum período em que a falta de chuva fosse mais prolongada nesta região? Aí se passou a outro momento, com relatos pessoais sobre a vida no período das secas, as grandes distâncias a percorrer, atravessando as serras para achar água e as situações de fome, descritas com detalhes no grupo das mulheres.

Contudo, em ambos os grupos, só foi possível obter uma visão mais próxima dos riscos naturais e impactos após a identificação dos recursos relativos aos meios de subsistência e da influência dos riscos naturais sobre os

mesmos. Foi nessa fase que as mulheres começaram a falar de mudanças percebidas na produção de caju e de outras culturas, com a diminuição do volume das colheitas, de forma geral, num período aproximado de dez anos (como isso não foi associado com nenhum dos riscos assinalados, o impacto aparece na tabela com o risco como pergunta). O problema foi associado à necessidade da população procurar empregos ou formas alternativas de subsistência à atividade do caju e à necessidade de comprar fora alimentos que antes cultivavam nos seus roçados. Indagadas sobre as possíveis causas, as mulheres não souberam responder, atribuindo-as "ao tempo". Já no grupo dos homens não se falou disso.

Também foi após a identificação dos meios de subsistência e dos impactos que as mulheres se deram conta da situação atual de falta de chuva e do excesso de chuva nos anos de 2010 e 2011, coisa que "nunca antes tinha acontecido".
Chamou atenção a diferença marcante entre os grupos em relação aos impactos da falta de chuva na produção de caju. Para as mulheres, a produção diminuiu e o fruto ficou menor. Os homens não mencionaram nenhuma mudança. O grupo dos homens deu menos importância ao risco da seca e mais ao risco da água contaminada.

RESULTADOS PARA O PONTO "RISCOS, IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO"

RISCOS	INTENSIDADE, FREQUÊNCIA, EVOLUÇÃO	IMPACTOS	ESTRATÉGIAS OU COMO REAGEM	SUSTENTABILIDADE E EFICÁCIA
Seca;	Eventos muito graves no passado, agora entrando em um período de escassez de chuva não tão grave. Não há certeza da frequência; foram citados os anos: 56, 80, 93, 94 e agora novamente.	Não pode plantar, não pode colher. Sem capim para os animais. A falta de água encanada danifica a tubulação. Diminuição do número e tamanho dos cajus. Fome – passado.	Hoje a comunidade tem água encanada. Buscam água nos barreiros, que não têm manutenção nem são preservados. Há barreiros abertos pela prefeitura. Há famílias que contam com cisternas. Na serra há olhos d´água. Compram e vendem a castanha que vem de fora. Outros empregos, informalidade, benefícios sociais.	Água encanada é limitada e não tem tratamento. Quando há escassez, a água não vem pelo cano. Os barreiros não têm manutenção e há muito lixo e despejo de venenos que contaminam a água. Nem todas as famílias têm cisternas. Os olhos d'água não secam e não estão contaminados. Só compra quem pode. São empregos instáveis.
Excesso de chuva	Ocorreu em 2010 e em 2011. Nunca tinha acontecido antes.	Ficaram isolados, sem poder ir para a feira. Alagamento dos cultivos. Desabamento de pedras da serra. As crianças e jovens ficaram sem escola e sem merenda por mais de um mês	A prefeitura melhorou a estrada de acesso à comunidade, fazendo a via para a água correr.	Melhorou, mas sem manutenção, já está toda quebrada.

Mudança no clima?	De dez anos para cá.	Diminuição da quantidade e volume das colheitas	Empregos ou formas alternativas de subsistência à atividade do caju Necessidade de comprar alimentos que antes tinham nos roçados.	São empregos instáveis Só compra quem pode.
Conta-minação da água	Regularmente	Ocorrência de casos de doenças causadas pela água contaminada.		
Granizo	Evento grave na década de 80	Acabou com todos os cultivos.		

4.34. RESULTADOS PARA O PONTO "MEIOS DE SUBSISTÊNCIA E VULNERABILIDADE":

ALGUMAS INFORMAÇÕES:

– CASTANHA DE CAJU: Castanha de caju: é uma atividade valorizada e reconhecida por todos como a principal atividade da comunidade, herdada e passada de geração em geração. Há um grupo de famílias, a maioria da própria área da comunidade,

que se dedica inteiramente à atividade. Têm as árvores nos seus pequenos sítios, e também pegam as castanhas das fazendas vizinhas. Realizam todo o processo: secar, queimar, abrir e fazer a triagem, embalar. Vendem principalmente em Caruaru, em pequenas quantidades, nas ruas, ou por quilo, na feira. Compram a castanha que vem do Ceará, quando a colheita própria não é suficiente. Para a maioria das famílias que dependem do benefício Bolsa Família, de aposentadoria, ou salário de algum emprego na administração municipal, a castanha deixou de ser a principal atividade, mas figura como uma atividade importante de complemento da renda familiar.

– ROÇADO: de forma geral a produção é para consumo próprio e o excedente, quando há, é vendido na feira de Caruaru.

- feijão, fava, macaxeira, batata, jerimum, milho
- frutas: banana, laranja, jambo, jaca, manga, pitomba, siriguela, caju, carambola, acerola, abacate

– ANIMAIS: animais: os principais são galinhas e caprinos .

TABELA RELACIONANDO OS RECURSOS COM ESTIMATIVA DE RISCOS

RECURSOS	RISCOS		
	Seca	Excesso de chuva	Água contaminada*
Recursos Naturais Água	2 Há olhos de água que não secam	3 A água vem pelo cano contaminada e barrenta	3 Contaminação
Solo	3	3	3
Cultivos de forma geral	3		
Macaxeira		3 Apodrece	
Feijão	3 Não dá		
Milho	3 Não dá		
Batata doce		3 Apodrece	
Recursos estruturais Água encanada	3 Baixa o nível e não vem pelo cano	Água vem pelo cano, contaminada e barrenta.	3 Traz doenças.
Energia			
Barreiros	1	3 Lama	
Cisternas	1		
Estradas/ transportes		3 Sem acesso.	
Escola		3 Sem acesso.	

Recursos Financeiros Castanha	3 Escassez menor		
Benefícios Sociais Bolsa família Aposentadoria			
Empregos Informais	2 Diminui os trabalhos nas fazendas	2 Diminui os trabalhos nas fazendas	
Recursos Humanos Conhecimento herdado do trabalho com a castanha			
Recursos Sociais Associação Quilombola			
Conselho da Igreja			
Resgatando a cidadania Projeto cultural Prefeitura			
Alimentação Escolar			
PA – Programa de Aquisição de Alimentos Prefeitura			

* Veneno de produtos químicos usados pelas fazendas vizinhas e despejo de lixos e resíduos de animais nos barreiros. Os barreiros não têm manutenção.

4.4.4. AVALIANDO A ESTRATÉGIA

A nossa expectativa de que a escolha da comunidade Vila Pé de Serra dos Mendes para a aplicação da metodologia CLIDES seria uma excelente oportunidade de iniciar um processo de conhecimento e maior envolvimento com a comunidade se confirmou.

A condição para realizar o trabalho foi expor para a comunidade a nossa intenção, visando não criar expectativas de benefícios imediatos para além da troca de conhecimentos e construção conjunta de reflexões sobre a vida da comunidade, seus pontos frágeis e aspectos que precisam melhorar.

Consideramos que a separação dos participantes em dois grupos – o de mulheres e o de homens – para aplicação da metodologia, conferiu maior riqueza aos resultados da consulta.

Em ambos os grupos, os participantes se mostraram um pouco tímidos no início, mas acabaram se engajando na consulta e se apropriando do momento como instância de reflexão sobre questões centrais para a vida da comunidade, evidenciando uma carência desse tipo de espaço de discussão, apesar das reuniões mensais feitas pela associação.

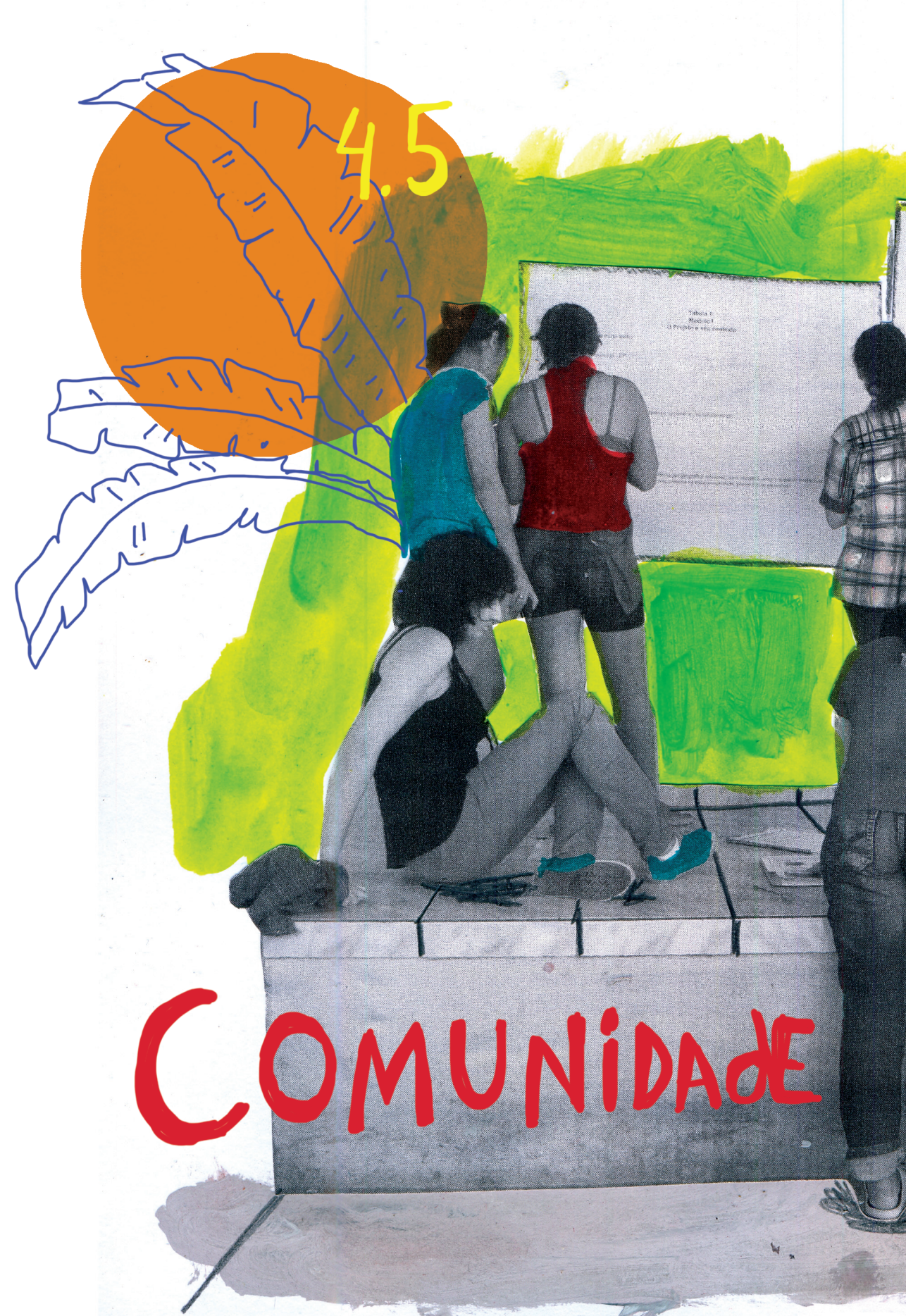
4.4.5. REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO

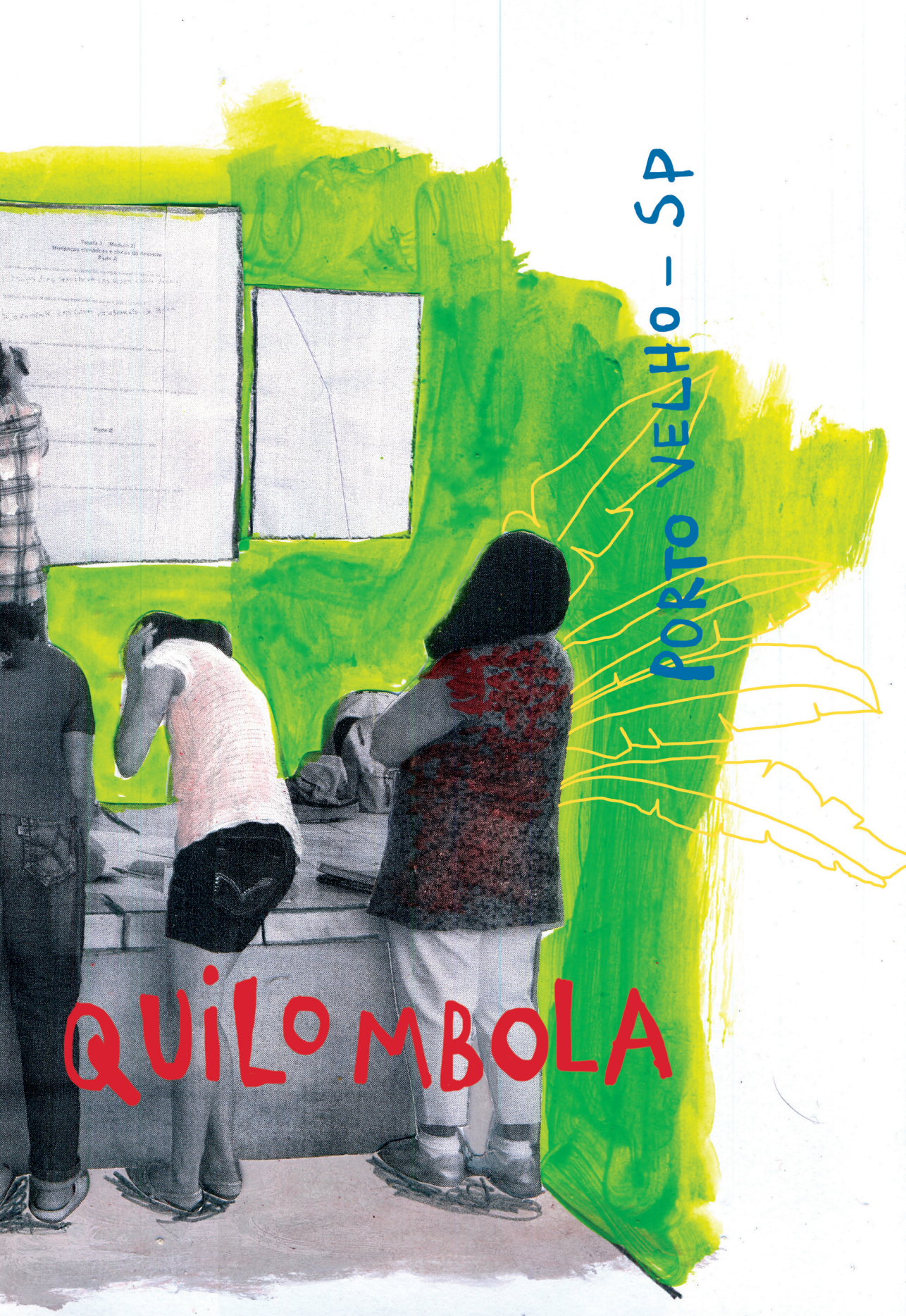
Sentimos falta de um resultado mais concreto no que diz respeito às estratégias de adaptação e recursos relevantes no contexto de mudanças climáticas. Talvez fosse necessária nova consulta e também maior conhecimento das experiências em desenvolvimento de estratégias de adaptação nos contextos de comunidades com características e problemáticas similares às da Vila Pé de Serra dos Mendes.

Um ponto crítico parece se afirmar: não há ainda estratégias de adaptação relevantes. Nesse ponto, as respostas ficaram mais nas "formas de agir", individuais do que nas "estratégias" produzidas como resultado de decisões coletivas, e ainda não se sabe sobre sua eficácia e sustentabilidade.

4.5

COMUNIDADE




QUILOMBOLA
PORTO VELHO - SP

Organização responsável pela Aplicação do Instrumento: Isa e Associação local.

4.5.1. CONTEXTO[7]

A Comunidade Quilombola de Porto Velho se situa na margem esquerda do rio Ribeira, divisa dos estados do Paraná e São Paulo, município de Iporanga, no entanto o melhor acesso é através do município de Itaoca, distante 8 km.

No século XIX, a área onde se situa comunidade era uma fazenda que utilizava mão de obra escrava. Mais tarde o proprietário migrou, deixando as terras para seus escravos. Um deles, Basílio da Rosa, estabeleceu-se ali com a família, dando origem ao povoamento. Em meados do século XX, chegou ao lugar um paranaense, alegando ser o dono da área, e as famílias que ali viviam foram obrigadas a trabalhar em regime de escravidão para garantir a permanência na terra.

A ocorrência de constantes conflitos pelo uso da terra forçou muitas famílias a abandonar o local, migrando para localidades vizinhas ou mesmo para outras cidades. As famílias que resistiram viveram sob ameaça e conflitos até os anos 1980, quando alguns membros da comunidade tomaram conhecimento de que outras comunidades negras rurais estavam se organizando para obter o reconhecimento de suas terras como terras quilombolas. Naquele momento, a EAACONE teve um importante papel de disseminador de informações sobre os direitos das comunidades remanescentes de quilombo, como era o caso de Porto Velho e outras existentes no Vale do Ribeira.

Em 2001, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) iniciou os trabalhos de identificação da comunidade e, no final de 2002, concedeu o seu reconhecimento como comunidade de remanescente de quilombo, publicado em 2003, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

No ano de 2003, um dos fazendeiros da área mandou demolir a igreja frequentada pela comunidade. A atitude causou revolta e o caso foi levado à Justiça. A comunidade de Porto Velho, com o auxilio de pessoas de outras comunidades da região, reconstruiu a Igreja, como ato de resistência ao ataque sofrido. Segundo os moradores, esse ato de violência contra a comunidade os motivou a buscar o fortalecimento e a melhoria de sua organização.

Ainda em 2003, foi concedida uma liminar judicial autorizando a comunidade a usar 72 hectares, em área juridicamente pertencente a um dos fazendeiros, para realizar suas atividades agrícolas. Ações pontuais como essa, no entanto, não são solução para o problema fundiário, questão que mais preocupa os membros de Porto Velho, impossibilitados de utilizar e gerir plenamente suas terras.

7 Estas informações foram obtidas na publicação "Agenda Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira", organizada pelo ISA, São Paulo, 2008.

A comunidade tem como fontes de renda o trabalho na roça, o Renda-Cidadã - benefício concedido pelo governo – e a criação de bovinos, porcos e galinhas para venda. O artesanato de taquara, madeira e palha de milho, feito pelas duas únicas artesãs da comunidade, mesmo vendido sazonalmente, é considerado fonte de renda complementar.

Na comunidade há um agrupamento central (vila) com uma igreja católica, uma escola municipal (da pré-escola à 4ª série do ensino fundamental), o refeitório da escola, um posto de saúde e uma casa, em fase de acabamento, para beneficiamento da mandioca e produção de farinha.

Todas as casas têm luz elétrica. A maioria delas se localiza ao longo da estrada que corta a comunidade, possui fossa, é abastecida por água de rios (apenas duas captam água de poço). A maioria dos moradores queima o lixo que produz.

A posse e uso da terra constitui hoje o maior problema da comunidade. Apenas 72 dos 941ha reivindicados estão em sua posse. São 90 pessoas espremidas num pequeno pedaço do seu território.

4.5.2. PREPARATIVOS

A comunidade quilombola de Porto Velho aproveitou uma reunião para discutir o instrumento “Participativo de Avaliação de Riscos Climáticos e de Desastre” e decidiu fazer a sua aplicação nos dias 19 e 20 de abril, sem entrar em muitos detalhes da metodologia.

A equipe do ISA não pode se reunir para preparar a aplicação do instrumento e passou para dois técnicos da instituição, que acompanham a comunidade quilombola, o material de leitura contendo conceitos e passos metodológicos, além de várias tabelas que estavam nos anexos do documento preparado pela HEKS e que foram utilizadas na oficina de Salvador.

4.5.3. A ATIVIDADE

No dia 19 de abril se reuniram seis mulheres e seis homens da comunidade quilombola de Porto Velho para aplicação do instrumento "Participativo de Avaliação de Riscos Climáticos e de Desastre", com a presença de quatro técnicos do ISA e um consultor do DTAT.

INTRODUÇÃO

Todos se reuniram na Igreja, e um técnico do ISA apresentou a proposta de trabalho. Falou inicialmente do percurso das instituições que participam do DTAT (Programa Direito a Terra, Água e Território) e da relação entre as questões territoriais e as questões ambientais, enfocando o problema das mudanças climáticas que afetam as comunidades tradicionais. Foram propostos alguns exercícios práticos para que as comunidades pudessem melhor perceber as mudanças climáticas e os riscos ocasionados. Um dos resultados da atividade seria aprimorar o instrumento, buscando a sua adequação à realidade das comunidades no Brasil.

À pergunta "o que já ouviram falar sobre mudanças climáticas?", o grupo enumerou poluição, desmatamento, decomposição dos lixões (gás metano), queima de combustíveis (gasolina, diesel e álcool), uso de agrotóxicos e fertilizantes, queimadas, lixo atômico e apontaram problemas como o aumento da resistência de vírus e bactérias, aumento das chuvas torrenciais, queda de barreiras, e floradas fora de época.

O técnico do ISA fez uma breve explanação do "efeito estufa", relacionando a grande industrialização ocorrida a partir do século XIX com o aumento da emissão de gases, especialmente os com base em carbono, que estaria causando um desequilíbrio na atmosfera e ocasionando um aumento geral da temperatura na terra. Esse aquecimento tem provocado o degelo dos polos e elevação do nível do mar, aumento da ocorrência de furacões e períodos rigorosos de secas.

Isso abriu espaço para reflexão: os participantes confirmaram já terem sentido os efeitos das mudanças climáticas, a exemplo da enchente que ocorreu em agosto de 2011, no rio Ribeira; mencionaram a importância das matas para os quilombolas; refletiram sobre as atividades dos fazendeiros, que provocam grandes desmatamentos; criticaram autorizações de desmatamento a pessoas que apresentem como contrapartida outra área preservada; apontaram o mercado de carbono como uma forma de legitimar as ações dos grandes desmatadores; denunciaram o avanço de empresas do Vale do Ribeira sobre os recursos naturais, desrespeitando o modo de vida das famílias locais.

PROJETOS

Para iniciar as etapas metodológicas decidiu-se tomar como base dois projetos desenvolvidos na comunidade - apicultura e fábrica de farinha – e compará-los com projetos realizados pelos fazendeiros, para se ter a dimensão dos impactos gerados por cada um.

MÓDULOS 1 E 2

Após a explicitação dos passos recomendados na metodologia, optou-se por iniciar, conjuntamente, os dois primeiros módulos: o contexto; e mudanças climáticas e riscos.

Os participantes se dividiram em dois grupos, um de mulheres e outro de homens. O grupo de mulheres se organizou com o apoio de Juliana (ISA), e o grupo dos homens com o apoio de Renato (ISA) e Vandir. Em ambos os grupos houve uma intensa participação dos componentes.

O grupo das mulheres destacou no projeto de apicultura uma possibilidade de geração de renda através da comercialização dos produtos, que propicie condições para permanência dos jovens na comunidade. Apontou como situações que geram conflito a construção de barragens, as mineradoras e o plantio de pinus. Como perigos climáticos apontou a irregularidade das chuvas, com períodos de escassez e períodos de excesso. Como riscos o grupo apontou as enchentes e os desabamentos. Como impactos, o prejuízo à produção das lavouras, a falta de água para consumo e a proliferação de doenças. O grupo apontou ainda como fontes de emissão de gases a falta de uma coleta sistematizada e tratamento do lixo, além dos desmatamentos. Elegeu o reflorestamento como forma de combater a emissão de gases e criticou as políticas governamentais pela ausência e falta de efetividade para evitar desmatamentos, tratar esgotos e combater o uso de combustíveis para combustão.

Os homens afirmaram que a apicultura e a fábrica de farinha são atividades que geram renda e contribuem para a permanência das famílias – especialmente dos jovens - na comunidade. Assim como o grupo das mulheres, apontaram como antagonistas os fazendeiros (plantio de pinus), as mineradoras e a construção de barragens. Como questão de central importância para a comunidade elegeram a efetivação da titulação das terras. Como perigos e riscos climáticos apontaram as chuvas fora de época e o aumento da temperatura, causando impacto negativo na produção agrícola, apicultura e conservação das estradas, e provocando doenças respiratórias. Como atividades que contribuem para o efeito estufa enumeraram: i) no Brasil – indústrias; pecuária; desmatamentos em geral; queima de combustíveis; uso de venenos e fertilizantes; ii) na região - mineradoras; queima das pastagens, pecuária bovina; iii) na comunidade - criação de porcos e decomposição do lixo.

As apresentações geraram uma reflexão sobre os diferentes níveis de emissão de carbono, buscando identificar os responsáveis pelas atividades que mais impactam o equilíbrio ambiental. O mercado de carbono foi questionado e foram elencadas as suas vantagens e desvantagens para as famílias. Voltou a ser criticada a permissão de desmatamento para pessoas que apresentem como compensação outra área de mata preservada.

MÓDULO 3

Nesse módulo se trabalhou a percepção sobre os riscos naturais e os impactos esperados. Novamente o grupo foi dividido em homens e mulheres.

Os homens destacaram como risco as enchentes e o aumento da temperatura. Como impacto das enchentes apontaram as moradias atingidas, as plantações e os estragos nas estradas. Afirmaram que os impactos da temperatura foram sentidos na plantação, no abastecimento de água e na atividade da apicultura.

Sugeriram como estratégia de adaptação a construção de moradias afastadas da beira do rio, plantio de espécies de ciclo curto, adaptação nas épocas de plantio e recomposição florestal.

Construíram um mapa destacando os locais de pesquisa de mineração – pedreiras, sílica, ouro, cobre, chumbo; os locais de plantio de Pinus; as perdas das nascentes e os locais de maior desmatamento.

As mulheres apontaram como maiores riscos as enchentes e a mudança na frequência das chuvas. Para elas, as enchentes causam impactos nas lavouras, na disponibilidade de peixes e na saúde das pessoas. Também impedem o funcionamento das escolas e o deslocamento dos alunos. No mapa que construíram as mulheres destacaram os locais de conflito com as mineradoras, as plantações de Pinus, os locais de desabamento e de risco de enchentes.

MÓDULO 4

Finalizou-se o primeiro dia de trabalho com a verificação das vulnerabilidades. Foi necessário explicitar melhor o preenchimento das tabelas, pois havia certo nível de complexidade e uma lógica que ligava uma à outra.

Novamente separados em dois grupos, homens e mulheres destacaram os riscos: enchentes; irregularidade das chuvas; aumento da temperatura. A vulnerabilidade foi analisada para os seguintes pontos:

TIPO DO RECURSO	GRUPO DOS HOMENS	GRUPOS DAS MULHERES
Naturais	Terra; disponibilidade de água; florestas	Território; nascentes; florestas
Estruturais	Estrada; moradia; fábrica	Estrada; moradia
Financeiros	Produtos agrícolas; apicultura; criação dos animais	Agricultura; apicultura; pomar
Humanos	Conhecimentos tradicionais; conhecimentos agrícolas; lideranças	Conhecimentos tradicionais; habilidades agrícolas; lideranças
Sociais	Conselhos locais; Igreja; associação	Escola; Igreja; associação

Foi interessante constatar que não foram apontadas vulnerabilidades para vários dos recursos escolhidos, como, por exemplo, para o item "recursos humanos". Os quadros abaixo mostram as maiores vulnerabilidades encontradas:

RISCO	PONTUAÇÃO DE CADA GRUPO		PONTUAÇÃO TOTAL
	MULHERES	HOMENS	
Enchentes	12	05	17
Aumento de temperatura	10	16	26
Irregularidade das chuvas	13	14	27

RECURSO	PONTUAÇÃO DE CADA GRUPO		PONTUAÇÃO TOTAL
	MULHERES	HOMENS	
Terra/ Território	5	7	12
Agricultura	6	6	12
Estrada	6	4	10
Água	3	5	8
Apicultura	2	5	7
Escola	4	-	4

MÓDULO 5

No segundo dia de trabalho houve um rodízio entre participantes – alguns não compareceram e outros se juntaram ao grupo. O dia foi aberto com uma reflexão sobre os trabalhos relativos ao módulo 4, antes de entrar no módulo 5 que consistia em relacionar as vulnerabilidades com os projetos da comunidade. Eles preferiram trabalhar em um só grupo.

O impacto sobre o uso da terra, no plantio de mandioca, foi considerado o mais relevante, sendo a perda da produtividade considerada um grande problema. Como estratégia foi indicado o resgate do tradicional pousio (descanso da terra), e aplicação de outras técnicas como a adubação verde, a não limpeza do terreno, a utilização de cobertura morta e também a realização de experimentos de plantio com cobertura vegetal.

Com relação ao impacto sobre a agricultura, a discussão aparentemente se distanciou dos riscos ambientais citados. O grupo refletiu que a mandioca é uma planta que se adapta às suas condições sociais, culturais e ambientais e considerou que o impacto sobre a agricultura é bastante relativo.

Avaliou que a manutenção das estradas é importante para escoar a produção e que é necessário que a comunidade se organize para garantir boas condições de deslocamento.

A impressão passada pelo grupo, através das reflexões do módulo 5, é de que os projetos têm um impacto positivo sobre a vida da comunidade, despertam seu interesse e fazem com que ela melhor se estruture, melhor se organize. A única preocupação manifestada foi com relação à qualidade da terra, à sua fertilidade.

MÓDULO 6

O módulo 6, que tinha como questão central as estratégias de mitigação, foi o que apresentou mais dificuldades em termos de participação e de envolvimento das pessoas. O grupo concluiu que o impacto na emissão de gases que provocam o efeito estufa é mínimo quando comparado a outras atividades exercidas na região e no Brasil (foi citada como principal emissão de gases a queima da lenha para esquentar o forno da casa de farinha, seguida da queima de combustíveis, da movimentação dos solos, e da produção de resíduos – casca, manipueira, materiais de embalagem e de higiene).

MÓDULO 7

O módulo 7 tratou da revisão das atividades de cada projeto.

O grupo chegou à conclusão de que, para além dos problemas com o IBAMA e a Polícia Ambiental, a retirada de lenha das matas para o forno da fábrica de farinha pode ser prejudicial à atividade de apicultura. A solução apresentada foi a destinação de áreas para plantio de árvores que forneçam lenha. A outra solução - uso de biodigestor – veio acompanhada de uma dúvida: a qualidade da farinha seria a mesma de um forno a lenha?

Na questão do tratamento dos resíduos foram levantadas as alternativas:

- ✎ Utilizar a manipueira para o controle de pragas na horta e na roça;
- ✎ Aproveitar as cascas na ração animal
- ✎ Reivindicar da prefeitura a coleta e reciclagem dos materiais.

Nenhuma mudança foi considerada necessária no projeto de apicultura.

Na última parte da recomendação metodológica que consistia em fazer as alterações no projeto, o grupo considerou mais adequado fazer as reformulações na época de escrever e apresentar os projetos para os editais de apoio, com a colaboração de mais pessoas da comunidade.

4.5.4. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE

Finalizando a aplicação do instrumento, o grupo fez a seguinte avaliação:

- Todo tipo de atividade que agregue conhecimento vale a pena, mas é preciso levar em consideração que o modo de vida da comunidade já contribui bastante com as questões ambientais, e ainda assim ela tem que conviver com as consequências da ação realizada por outras pessoas com outros interesses. É importante para a comunidade receber orientação sobre questões que ainda não domina; o que ela aprende, mesmo pouco, se acumula à sua experiência e pode ajudar muito.

É importante que as informações passadas possam se transformar em conhecimentos que realmente importem para a vida da comunidade.

É preciso se compreender o que se passa no mundo globalizado, onde os "milionários" poluem muito, ajudam pouco, e "a corda arrebenta sempre no lado mais fraco".

Um alerta: as mudanças propostas no Código Florestal, inclusive o perdão de crimes ambientais cometidos, podem propiciar maior desmatamento, ajudando os interesses do agronegócio.

A comunidade precisa refletir sobre as atividades que realiza e perceber que os projetos que desenvolve podem ser melhorados: “não é porque os outros fazem errado que nós vamos fazer também”.

A aquisição de conhecimentos, inclusive sobre os adversários, contribui para que nos preparemos melhor.

Parcerias com organizações de fora podem reforçar as lutas da comunidade.

O momento foi considerado uma boa oportunidade de rever o que estão fazendo de errado, saber em que a mudança climática afeta a comunidade, e se desafiar a estudar mais o assunto.

4.5.5. REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO EM PORTO VELHO

A primeira reflexão é sobre a importância da discussão ambiental numa comunidade como a de Porto Velho: num campo cheio de disputas, com distintos interesses em jogo, as questões ambientais precisam ser conectadas com a vida da comunidade, coisa que os agentes sociais fizeram desde o primeiro momento do trabalho. Associar os impactos ambientais com o modo de vida e os interesses de cada grupo pode reforçar estratégias de luta, ajudando-os a distinguir os interesses da comunidade dos de seus antagonistas, além de lhe dar uma melhor percepção dos pontos fortes e fracos.

Entretanto, olhando para o instrumento em si, fica clara a necessidade de uma melhor adaptação. As questões orientadoras e as próprias tabelas devem ser reconfiguradas para o contexto do grupo. Também a forma de aplicação deve ser ajustada ao ritmo e necessidade da comunidade, o que não é algo fácil de ser atingido, pois as dinâmicas podem variar, especialmente em relação ao tempo das entidades de apoio, dos técnicos e dos agentes sociais.

Analisando a participação do grupo, percebemos que o primeiro dia fluiu mais que o segundo. As questões iniciais provocaram reflexões mais gerais que motivavam a participação. No segundo dia, um pouco mais cansados, mas também com o direcionamento das questões para a mudança nos projetos e alteração das atividades, a participação ficou mais travada, com a fala se concentrando em algumas pessoas. Talvez fosse necessário haver um tempo para reflexão entre os quatro primeiros módulos e os demais, sendo igualmente necessário aprofundar as causas das diferenças entre os impactos das ações da comunidade e os impactos das ações de seus antagonistas.

O tema mostrou ser relevante e a comunidade precisa dominá-lo, para fortalecer suas ações, mas ele também precisa ser trabalhado, de forma sistemática, nas questões cotidianas. Em Porto Velho, o instrumento serviu para maior engajamento do grupo no assunto.

CONCLUSÕES, ENCAMINHAMENTOS

5. REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS

Uma observação mais detida dos relatos das experiências indica a importância de dar visibilidade às perspectivas dos agentes sociais em relação aos riscos advindos das mudanças climáticas, tendo como referência sua realidade concreta e seu modo de vida.

O grande desafio foi superar a dificuldade inicial de compreender detalhes técnicos e científicos relacionados com as mudanças climáticas. Foi preciso relacionar as questões socioambientais ao cotidiano das famílias/comunidade. Os conflitos emergiram, mostrando uma forte aproximação entre a ação humana e os riscos naturais de desastres. Nesse sentido o instrumento precisou ser adaptado, pois em sua versão original os conflitos não eram bem visualizados. Também a lógica linear do instrumento teve que ceder espaço a uma lógica que fizesse sentido para os agentes sociais envolvidos. Dessa forma, fomentar a reflexão e a discussão sobre a origem dos problemas ambientais e as possibilidades de solução foi mais significante que ranquear os riscos climáticos, utilizando planilhas e atribuindo números segundo sua relevância.

Outra questão está relacionada com o tempo de aplicação do instrumento: quatro dias seguidos se mostraram, em todos os casos, inadequados. Percebeu-se que para cada situação deve ser desenvolvida uma estratégia específica, em consonância com a dinâmica do grupo.

Adaptações metodológicas e de conteúdo foram introduzidas em todos os casos. A complexidade do tema requereu um aprofundamento das pessoas responsáveis pela aplicação, para posterior "tradução" para uma linguagem adequada à comunidade. Além disso, as perguntas originais também foram alteradas de forma a melhor se adequar a cada realidade, facilitando o entendimento - destaque para a experiência desenvolvida na comunidade de pescadores Curral Velho, pelo Instituto Terramar, cujas técnicas adaptaram toda a metodologia e refizeram as perguntas, vinculando-as à realidade enfrentada pelo grupo. O tempo do grupo foi bastante respeitado e decidiu-se por interromper a aplicação do instrumento, visando à necessidade de incluir a escola como referência na disseminação e reflexão das questões socioambientais abordadas, buscando assim trazer mais pessoas da comunidade para reflexão da temática "mudanças climáticas".

Outro destaque é a relação já existente entre o grupo/comunidade e os técnicos que aplicavam a metodologia. O conhecimento prévio e a confiança entre técnicos e agentes sociais facilitou a elaboração de adaptações do instrumento e encurtou o tempo de entendimento da comunidade. Não obstante, numa das aplicações, utilizou-se a metodologia como instrumento para abordagem inicial de um grupo.

A reflexão conjunta sobre as experiências demonstrou a dificuldade que a maioria das comunidades brasileiras tem em identificar claramente "riscos climáticos". Nas experiências práticas se observou ser interessante começar pelo levantamento dos recursos naturais e meios de vida, para poder associar, desde o início, a disponibilidade e escassez desses recursos com os riscos climáticos presenciados pelas comunidades ao longo de sua história.

A necessidade de manutenção e posse do território apareceu como tema transversal em todas as experiências. A grilagem das terras, o avanço do agro e hidronegócio, a poluição e o desmatamento são fatores relacionados com os riscos ambientais, seja com comunidades quilombolas, comunidade de pescadores/marisqueiras ou acampamento de sem terras. Inserir no instrumento uma reflexão sobre o modo de vida dessas comunidades em comparação com o de seus antagonistas foi essencial para não criar a falsa percepção de que os agentes sociais são os grandes responsáveis pelas mudanças climáticas. Os passos finais da metodologia, se focados unicamente no grupo, acabam por valorizar em demasia qualquer tipo de emissão de carbono do próprio grupo. Em todos os casos, no entanto, ampliar o olhar para as atividades produtivas do entorno permitiu aos grupos distinguir diferentes contribuições e impactos.

Em situações de insegurança, como no caso do Acampamento Irmã Alberta - onde, após 10 anos, as famílias permanecem acampadas sem definição da sua situação fundiária - a discussão de riscos relacionados ao futuro não faz sentido: a insegurança do presente implica no desinteresse por questões pouco objetivas. Não obstante a relação do tema com a prática cotidiana do grupo – como, por exemplo, a mudança do regime das chuvas - foi uma alternativa para introduzir o tema e discutir sua relação com o cotidiano.

Outro ponto destacado é a falta, no instrumento, de espaço para o levantamento de informações sobre os conflitos socioambientais. As experiências indicam a necessidade de se estabelecer uma rotina na qual as informações levantadas possam circular e alimentar a tomada de decisão dos agentes sociais em suas ações cotidianas, qualificando, com informações estratégicas, as suas lutas. Essas informações também devem servir para reformulação de projetos, especialmente daqueles que visem à sustentabilidade dos grupos ou incidência em espaços públicos.

Aqui cabe uma informação importante e preocupante: as mudanças ambientais estão causando alterações significativas no modo de vida dos grupos. Alguns conhecimentos tradicionais não estão conseguindo se adaptar na velocidade com que as mudanças ocorrem. Isso tem levado a situações de estresse, principalmente quando a situação econômica das famílias começa a correr risco. Esse ambiente de incerteza tem levado as novas gerações a buscar outras atividades econômicas, principalmente em centros urbanos. Essa questão deve ser um ponto para aprofundamento que não é levantado pela metodologia.

A separação em grupos de gênero e geração, quando possível, proporcionou diferentes visões:

✎ Apesar de haver uma tendência de menor participação das mulheres em espaços coletivos (costumeiramente predomina, acentuadamente, a participação dos homens), essa regra não foi tão observada quando os grupos eram mistos, ocorrendo, em certos momentos, o predomínio da fala feminina;

✎ Também se observou a predominância da fala de pessoas mais velhas/ lideranças em relação aos jovens;

✎ A separação de grupos de gênero permitiu ainda abordar questões de violência doméstica (no caso de Pé de Serra) e os jovens do Maranhão revelaram maior participação e entendimento após terem sido separados em grupos por geração. A dinâmica da atividade com jovens foi bastante particular e deve ser ponto para aprofundamento.

Os participantes observaram que algumas dificuldades de produção são decorrentes das "mudanças do tempo" como costumam dizer. Da mesma forma, perceberam a importância de práticas produtivas diferenciadas como as que já vêm sendo adotadas por algumas famílias: "não podendo contar com as chuvas, é preciso encontrar formas de segurar a água no sistema.".

O acesso ao conhecimento foi destacado como algo relevante e estratégico. A participação qualificada de lideranças comunitárias em espaços públicos de decisão tem sido pequena e permanece como um desafio a ser enfrentado. Este conhecimento fortalece a luta pelos territórios e permite conscientizar os comunitários sobre as diferentes contribuições dos distintos setores da sociedade para o agravamento das mudanças do clima.

Segue um quadro síntese sobre as experiências realizadas.

	BARRO VERMELHO	PORTO VELHO
POPULAÇÃO	Quilombolas	Quilombolas
BIOMA	Cerrado	Mata Atlântica
ANTAGONISTAS	Grandes empresas	Grandes empresas, Unidades de Conservação
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PREDOMINANTE	Eucalipto, soja	Mineração, pinus
INÍCIO ORGANIZAÇÃO	2006/2007	2000
SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	Grilagem, busca de regularização como comunidade quilombola	Conflito com fazendeiros, processo de titulação no INCRA
ESTRATÉGIA PARA ABORDAGEM DO TEMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Relacionar com as violências sofridas	A partir dos projetos da associação
PRINCIPAIS MUDANÇAS NO CLIMA LOCAL	Estiagem, calor e cheias	Incertezas nos ciclo das chuvas
RISCOS	Extração ilegal de minerais do rio Munin; instalação da fábrica da Suzano; assoreamento dos brejos e do rio Munim; queimadas; desmatamento; cheias do rio; secas prolongadas	Enchentes Aumento de temperatura Irregularidade das chuvas
SEPARAÇÃO POR GRUPOS DE GÊNERO E GERAÇÃO	Gênero e geracional	Gênero Diferentes percepções
ADAPTAÇÕES	Uso dos benefícios sociais e aposentadoria	Implementação de projetos produtivos mais adaptados

IRMÃ ALBERTA	CURRAL VELHO	PÉ DE SERRA
Acampamento de sem terras	Pescadores e Marisqueiras	Quilombolas
Mata Atlântica	Zona Costeira	Caatinga
Indústrias e expansão imobiliária	Empresa de carcinocultura, fazendas	Fazendas
Lixo	Carcinicultura	Agronegócio, cadeia econômica da castanha de caju
2002	anos 80	2004
Área em disputa	Grilagem de terras e áreas de pesca, carcinicultura,	Grilagem, busca de regularização como comunidade quilombola
Relação com a luta pela terra	Busca do conhecimento tradicional e as percepções de mudança relacionada aos conflitos enfrentados.	Partiu-se de eventos extremos – secas, enchentes – relacionando com a produção de subsistência
Tempo das chuvas; aumentaram as tempestades; maior quantidade de chuvas, ventos, raios; o inverno está mais chuvoso; aumentou a intensidade das secas.	Mudanças nos períodos dos ventos, chuvas, avanço do mar	Período com secas mais intensas e períodos com chuvas prolongadas
Diminuição da colheita; aumentou a erosão do solo; enxurradas; aumentos de incêndios; redução da oferta de água.	Diminuição da Segurança Alimentar e Nutricional;diminuição da renda; perda de território	Diminuição na produção e renda, contaminação da água
Não	Não	Divisão de gênero - discussão no grupo de mulheres foi mais rica. No grupo de homens predominou a perspectiva das lideranças
Mudou a época dos plantios e das colheitas;	Mudanças na época de sair ao mar para pescar e na época de plantio	Busca de fontes de água alternativas e busca de obras públicas

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO: Augusto Santiago (Caju) – Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

PROGRAMA DIREITO A TERRA, ÁGUA E TERRITÓRIO – DTAT

Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Fórum Carajás, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Terramar, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Plataforma Dhesca Brasil, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (REDE SOCIAL), Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)

COORDENAÇÃO DTAT – Augusto Santiago (CESE) e Lúcia Andrade (CPI-SP)

PROCESSO DE FORMAÇÃO EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS

COORDENAÇÃO: Augusto Santiago

CONSULTORIA: Franklin Plessmann de Carvalho

ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS:

Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Porto Velho/SP, Associação Comunitária de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho/CE, Associação do Quilombo Barro Vermelho , Bagulhadores do Mió, Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA.

REDAÇÃO: Ana Schwarz, Augusto Santiago, Cleia Pawlak, Cristiane Faustino, Edmilson Pinheiro, Franklin Plessmann de Carvalho, Laureana Feitosa, Nair Barbosa, Sebastião Pereira

REVISÃO: Beatriz de Souza Lima e Lúcia Andrade

FOTOS: Augusto Santiago (Caju), Franklin Plessmann de Carvalho, Ana Schwarz.

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E ILUSTRAÇÕES: Vânia Medeiros

PARTICIPANTES:

ASSEMA
ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO

bagulhadores do mió

FÓRUM CARAJÁS

ISA

SMDH
Em defesa da vida

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
BRASIL

instituto terramar

FINANCIAMENTO

ICCO actalliance
Kerk in Actie actalliance

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

APOIO

terre des hommes suisse

50 Jahre terre des hommes schweiz